

Tribuna Operária

da Luta

ANO VI — Nº 204 — DE 11 A 24 DE FEVEREIRO DE 1985

Cr\$ 700

Tancredo vê no México e Argentina MAUS EXEMPLOS DE COMO TRATAR A DÍVIDA



De volta de uma viagem que incluiu os dois maiores devedores do mundo depois do Brasil — México e Argentina —, o presidente eleito Tancredo Neves teve a oportunidade de ver de perto os desastrosos efeitos que a submissão aos credores acarreta. Cada um à sua maneira, ambos os países oferecem péssimos exemplos para o tratamento da dívida brasileira, que justamente por ser um problema grave exige coragem e patriotismo. Pág. 3

Albânia enfrenta frio com solidariedade socialista

Fustigado pela neve, o povo albanês dá magnífico exemplo de união. Página 2

EDITORIAL

Ministério democrático

Depois da expressiva vitória popular e democrática de 15 de janeiro contra o regime militar, as atenções dos brasileiros se concentram nas soluções para os grandes problemas que afligem o país. E para a formação de um Ministério capaz de levar adiante as mudanças reclamadas pela nação e pelo vigoroso movimento de massas que sacudiu o país em 1984.

A formação da equipe ministerial não pode se restringir a alguns partidos ou a grupos de pressão. Tem enorme significado do ponto de vista da formulação da política adequada à situação do país. Os ministros são elementos de confiança do presidente. Mas isto não significa que não interessa à nação acompanhar o processo de sua escolha. Ainda mais quando o povo vê uma enorme diversidade de nomes em disputa, na maioria conservadores. Alguns inclusive comprometidos com a velha política e com a velha administração derrotadas pelo movimento popular.

Tancredo Neves — e também Ulysses Guimarães — têm contestado estas listas, afirmando que não passam de especulação. Insistem que o presidente ainda não se fixou em nomes e inclusive não aceita pressões nesta escolha. São notícias alvissareiras.

O povo espera que o novo Ministério reflita a grande campanha de massas que se constituiu no principal alicerce para a vitória das oposições. Seria incompreensível para os trabalhadores um gabinete que contemplasse os segmentos conservadores às custas de excluir os setores democráticos mais ligados ao povo.

Tancredo Neves já se mostrou sensível aos reclamos da opinião pública em outras ocasiões. E agora, nesta questão de enorme responsabilidade, a expectativa do povo é que prevaleça também esta sensibilidade.

O próprio presidente eleito tem manifestado interesse em uma grande unidade nacional

que assegure condições de atuação para o novo governo. Neste sentido a composição do Ministério jogará um peso significativo. Um governo formado de forma privilegiada — ou mesmo exclusiva — pelos setores conservadores, mesmo que tenham participado da batalha oposicionista, não encontraria justificativa.

Já se falou que os nomes devem ser indicados por sua competência e por sua probidade. O povo endossa estes critérios. Mas para que a memorável mobilização popular tenha ressonância no novo governo, a equipe ministerial deverá contar com prestígio político junto aos brasileiros, deve ser representativa das diversas correntes democráticas que puseram fim ao velho regime.

Não será tarefa fácil governar um país atirado em uma crise tão grave. Nem será fácil remover a imensidão de entulhos antipovo e antipátria deixados por 21 anos de tutela dos generais. Exigirá muito esforço a realização prática das mudanças exigidas pela nação.

Mas em contrapartida existe um magnífico potencial de energia popular a ser mobilizado para levar adiante tão importante trabalho. Uma equipe governamental confiável, com concepções democráticas, contemplando a enorme frente única formada contra o monopólio de poder dos generais, terá condições muito melhores para o sucesso. O povo será uma força permanente na luta para consolidar as vitórias alcançadas e para promover transformações democráticas no país.

Os brasileiros estão atentos a todas estas questões. Notam que existem flagrantes pressões de grupos voltados unicamente para seus interesses particulares. Daí a grande expectativa em torno do assunto. O povo considera que devem prevalecer os interesses da nação, da liberdade e do progresso, e aspira por um Ministério em favor das mudanças.

Vila Parisi, um bairro onde até o ar envenena

No lugar mais poluído do planeta, em Cubatão, o perigo vem do ar, da terra, da água e também de Brasília. Pág. 10

Foto César Diniz



Por que precisamos da reforma agrária

Em debate a natureza das transformações capazes de libertar o campo brasileiro. Pág. 5

Vigilantes enfrentam o assalto patronal

Em São Paulo, a greve de uma categoria numerosa, arrochada e explosiva. Pág. 7



Foto César Diniz

Mais um bote do Ministério contra a liberdade sindical

Brasília decreta intervenção em dois Sindicatos que fizeram greves. Pág. 7

A luta pela liberdade cai no samba em Salvador

Blocos, afoxés e trios elétricos destacam a democracia como tema do Carnaval 85. Pág. 9

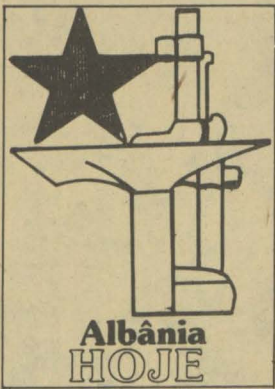
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Alpes albaneses, ao norte do país: esta foi a região atingida pelas nevascas no início de janeiro

Albânia unida contra tragédia do inverno

Assim como Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus, a Albânia também sofreu tempestades e avalanches de neve, que provocaram vítimas e danos na região norte. Por isso, mereceu espaço na imprensa burguesa, que mostrou as dificuldades que o pequeno país socialista enfrentava. Mas a “grande imprensa” não mostrou que a Albânia vem-se recuperando mais rapidamente do que todos os outros países dos danos causados pela neve. Isso graças a um fenômeno que não ocorre nos demais países: a solidariedade e unidade efetiva entre população, governo e Partido do Trabalho. Um fenômeno que só pode ocorrer num país socialista de verdade.



Em regiões como Mirdita, a tempestade de neve causou sérios estragos. Mas não abalou o ânimo e disposição de luta dos albaneses. Os integrantes da cooperativa agrícola de Klosi, nessa região, enviaram uma carta ao PTA manifestando que, “mesmo nas condições penosas causadas pelo frio intenso e pela neve que chegou a cobrir os telhados de nossas casas”, não se sentiram isolados. “Ficamos surpresos — escreveram os cooperativistas — “ao ouvir o ruído dos helicópteros que sobrevoavam nossas casas, e saímos para ver o que ocorria. Vimos os filhos da Águia (a águia é o símbolo da Albânia) que traziam saudações e nos enviavam alimentos necessários para enfrentar esses dias difíceis. Um velho de nossa aldeia, Prenk Zefi, de 95 anos, comentou: “O padre nos dizia que a ajuda de Deus vem do céu, e nunca vimos isso. Mas não é que o Partido nos enviou ajuda dos céus!”

AJUDA ORGANIZADA
Cada cooperativa, fábrica, local de trabalho ou região traçou seu plano para aumentar a produção, compensar as perdas ocorridas e ajudar a população do Norte, atingida pela neve. O Comitê do PTA e o Conselho Popular de Lushnja afirmaram que “a batalha travada por nossos irmãos do Norte nos lembra a tempestade de granizo de 1976 e os terremotos.

Mas nos lembra também a grande solidariedade de nosso povo, sua unidade de ação forjada pelo Partido com o camarada Enver Hoxha à frente. Triunfaremos, porque todo mundo se mobilizou para se ajudar mutuamente, de acordo com a palavra de ordem revolucionária: ‘Um por todos, todos por um’.

“Os cooperativistas, os operários, todos os trabalhadores de Lushnja vão contribuir para superar as dificuldades criadas pelo mau tempo no Norte e normalizar a vida por lá. Os cooperativistas e outros agricultores colocaram à disposição das cooperativas do Norte um fundo de 850 mil leks (a moeda nacional) e 1.745 cabeças de gado. Outras empresas forneceram 150 mil tijolos, 15 mil telhas, mil capas de chuva, 5 mil unidades de equipamentos elétricos, 3 mil pares de calçados, etc.

“Todos os operários e trabalhadores da região farão um dia de trabalho voluntário em suas empresas em solidariedade às regiões vitimadas. Três brigadas de especialistas em engenharia civil vão consertar imóveis atingidos ou destruídos.

“Mas a maior contribuição nossa nesta grave situação é a mobilização para realizar e ultrapassar os planos do Estado. Faremos disso uma realidade”, diz a carta.

Essas iniciativas ocorrem às centenas. A população de Saranda lembrou a ajuda que

recebeu em 1975, quando foi atingida por terremotos. Voluntários de diversas regiões, inclusive do Norte, contribuíram para reconstruir as casas e prédios atingidos. Desta vez, a população pôde retribuir a ajuda que recebeu. E enviou um fundo de 800 mil leks, mil cabeças de caprinos e ovinos, 800 quilos de ração, 50 toneladas de ferro, roupas de lã, material de construção.

RESISTÊNCIA HERÓICA
Os próprios albaneses atingidos pela tempestade de neve fizeram esforços heróicos para suplantar suas dificuldades. Os cooperativistas de Shtiqen, região de Kukes, declararam: “Já estamos de pé e lutamos com abnegação contra as dificuldades causadas pelas calamidades naturais”. Em Shtiqen as avalanches causaram a morte de 10 habitantes, ferimentos em 26, e destruíram 28 casas. Mas, relatam os moradores: “Em três ou quatro horas conseguimos salvar a vida de 26 pessoas cobertas pela neve e alojamos os moradores de 148 casas”.

Em Dibra, 4.500 jovens, organizados em 85 brigadas, trabalharam intensamente para desobstruir estradas, religar aldeias, limpar os tetos de casas e outros edifícios, distribuir alimentos e combustíveis para aquecer os imóveis.

Em Puke, às 4 horas da madrugada de 16 de janeiro chegou o primeiro veículo com alimentos e outros materiais, após cinco dias e noites de trabalho dos motoristas, militares e mecânicos para desobstruir a estrada que ligava a região a Shkodra, de onde partiam os viveres.

Os dirigentes do PTA e do poder popular estiveram nas regiões atingidas e deram sua contribuição para melhorar as condições de vida da população. Como afirmou Enver Hoxha, principal dirigente do PTA, “calamidades como essas testam nossa coragem, valor e tempera revolucionária. Nós as transformaremos em vitória”. (informações da Agência Telegráfica Albanesa)

Desemprego bate recorde na Comunidade Econômica Européia

Em dezembro do ano passado, a Comunidade Econômica Européia registrou o seu mais elevado índice de desemprego: 11,6% da força de trabalho, o que representa 13 milhões de desocupados! Com relação a novembro, o número de desempregados cresceu em 146 mil. Durante 1984, mais 680 mil europeus ficaram sem trabalho, o que representou um avanço de 5,7% no índice de desemprego em relação a 1983.

Os países com maior número de desempregados são Grã-Bretanha (3,21 milhões), Itália (3,05 milhões), França (2,52 milhões) e Alemanha Ocidental (2,32 milhões), segundo os dados da Comunidade Econômica Européia. Mas esses dados, para as organizações operárias européias, estão aquém



Mineiros lutam contra o desemprego na Inglaterra de Thatcher

da realidade. De qualquer maneira, dão uma mostra das proporções da atual crise geral

do capitalismo e seus reflexos no continente mais desenvolvido do planeta.

Povo etíope sofre com a fome e o governo corrupto

Mais de 7 milhões de pessoas estão sujeitas a morrer de fome na Etiópia, no cone nordeste da África. O país vive sob o regime do coronel Mengistu Heilê Marian, que subordina a solução do dramático problema a interesses mesquinhos do seu governo e do social imperialismo soviético na região, proporcionando um espetáculo de negligência e corrupção.

Entre os 42 milhões de habitantes da Etiópia, 40% sofrem os efeitos da desnutrição. As últimas estimativas, de dezembro, davam conta de que mais de 250 mil haviam morrido em consequência da fome. Pelo menos 1 milhão estão condenados e 2,5 milhões de famintos se instalaram nos campos de flagelados do país.

QUADRO DRAMÁTICO
Na região de Sedamo, perto da fronteira com o Quênia, 93% das crianças são subnutridas e têm poucas chances de sobrevivência, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em algumas cidades, como Bati, morrem cerca de 120 pessoas por dia! Assolada por uma das maiores secas da sua história, a Etiópia tem oito de suas 13 regiões em estado de calamidade pública. Nas províncias Wallo e Gona, 34 dos 51 rios existentes estão completamente secos. A seca já dura 11 anos e atin-



A tragédia da fome, agravada pelo governo

ge principalmente as regiões situadas no norte do país, como a Eritreia e o Tigre, áreas em boa parte controladas pelos guerrilheiros da Frente Popular de Libertação da Eritreia e da Frente Popular de Libertação do Tigre, que lutam pela independência contra o governo Mengistu.

JOGO MACABRO
Esta circunstância está sendo aproveitada pelos governantes etíopes para um jogo macabro de combate aos guerrilheiros. O governo sabota por todos os meios o envio de alimentos doados por outros países às regiões controladas pela guerrilha. No dia 22 de janeiro, confiscou 7 mil toneladas de cereais enviadas pela Federação Luterana Mundial às vítimas



No Brasil são 70 milhões expostos aos riscos da subnutrição

Meio bilhão de famintos

Alguns especialistas estão prevendo para os próximos meses uma nova “explosão” de fome que fará “centenas de milhares de vítimas em pouco tempo”. O VII Congresso Latino-Americano de Nutrição concluiu que o problema tem se agravado nos últimos anos e calculou em 500 milhões o número de famintos no mundo.

Somente no Brasil, são 70 milhões expostos aos riscos da subnutrição. Na África, o drama da fome atinge a quase todos os países e o continente apresentou uma queda de 10% na produção de alimentos destinados ao consumo interno entre 1970 e 1980.

A distância entre os chamados países ricos e pobres cresceu: o nível de vida nos países industrializados é hoje 14 vezes mais elevado que

nos subdesenvolvidos (a diferença era de 4 vezes em 70). E os ricos apresentaram crescimento próximo de zero desde 1960, o que indica um agravamento gigantesco da miséria dos países pobres.

O pano de fundo da imensa tragédia é a dominação imperialista. Só na América Latina, em 1982, a dívida externa era de 350 bilhões de dólares e 53% das exportações dos países da região eram gastos somente no pagamento dos juros cobrados pelos banqueiros. Ironicamente, um dos principais itens da pauta de exportação nos países famélicos (que tem ostentado contínuos superávits na balança comercial nos últimos anos) é composto precisamente de gêneros alimentícios — que “renderam” US\$ 30 bilhões em 82.

Jovens no Congresso Sanaud

Com a presença de centenas de jovens, provenientes de vários Estados do país, foi aberto dia 1º em Piracicaba (São Paulo) o I Congresso Nacional Sanaud. O representante da Organização pela Libertação da Palestina no Brasil, Farid Sawan, e o presidente da União Nacional dos Estudantes Palestinos estiveram presentes à cerimônia de abertura, que ainda contou com a participação do

reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep, que sediou o encontro), Elias Boaventura; do presidente da UNE, Renildo Calheiros; do presidente da União da Juventude Socialista, Aldo Rebelo; e do deputado Benedito Cintra (PMDB), representando a Assembleia Legislativa de São Paulo, entre outros.

O apoio à luta do povo palestino, organizado na OLP, e

da fome, refugiadas em acampamentos na Eritreia e no Tigre.

A negligência na distribuição da ajuda proveniente do exterior é outra marca do regime — que não providenciou sequer o número de veículos necessários para o transporte da comida. E a pretexto de combater a fome, está deslocando centenas de milhares de camponeses que apóiam a guerrilha para áreas sob seu controle, sob o argumento de que são mais “favoráveis à sobrevivência”.

Por sinal, o Sul, para onde está sendo deslocada a população, é palco de uma epidemia de cólera, responsável pela morte de 50 pessoas por dia somente no acampamento de flagelados de Harbu. O governo tem se negado a reconhecer oficialmente a incidência da doença para manter o programa de realocação.

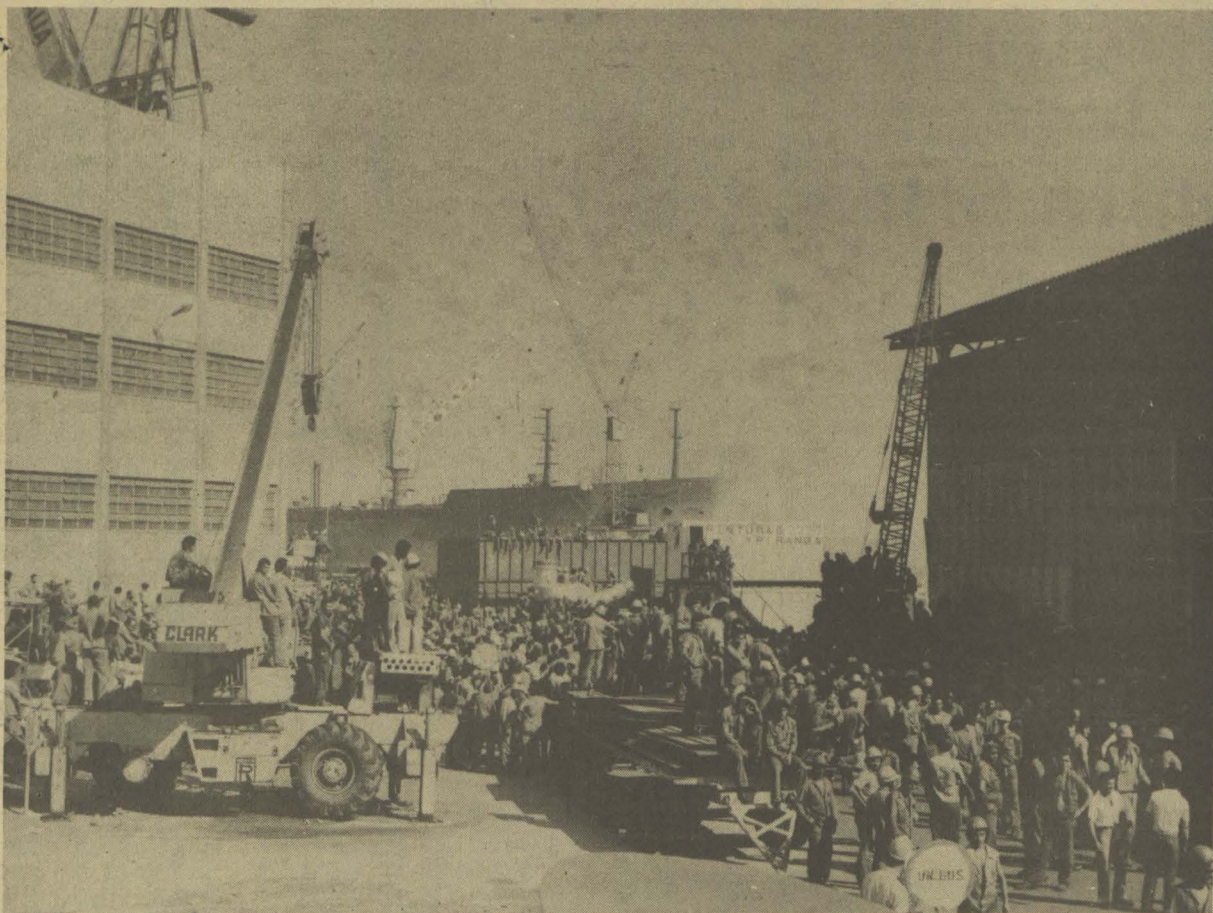
IMPORTANDO UÍSQUE
A tragédia da fome também não impediu que o regime de Mengistu gastasse 200 milhões de dólares numa suntuosa comemoração do 10º aniversário do golpe militar que derrubou o imperador Haile Selassie e instituiu o novo regime pró-Moscou no dia 12 de setembro de 1974. No dia da festa (assistida por membros do Politburo do “PC” soviético e pelo chefe de Estado da Alemanha Oriental, Erich Honecker), a camarilha que detém o poder criou oficialmente o “Partido Comunista Nacional” — com base, segundo ela, no “marxismo-leninismo”.

Mais de 500 mil litros de uísque escocês foram importados por uma companhia estatal de comércio para a comemoração. E, ao lado de tudo isso, um episódio de corrupção grotesco e desumano: o regime trocou por armas os 9 mil judeus negros que Israel transferiu da Etiópia para Telavive (os dois países não mantêm relações diplomáticas desde 1974, mas, com a transação suja, o governo israelense conseguiu retirar da Etiópia parte da população que seus rabinos consideram 95% judeus).

A renda “per capita” naquele país africano (um dos mais miseráveis do mundo) é de apenas 120 dólares. Mas isso não impede que o regime de Mengistu consuma 46% do seu orçamento com a “defesa” e tenha o mais poderoso exército da África Negra. Contraiu com os revisionistas soviéticos uma dívida de 3 bilhões de dólares só com a importação de armas.

O atual governo da Etiópia está envolvido desde o golpe de 74 com a cruel repressão às forças patrióticas da Eritreia e há pelo menos quatro anos combate a Frente Popular de Libertação do Tigre. Eritreia e Tigre são duas regiões que lutam pela autodeterminação em relação à Etiópia. Além disso, o governo etíope mantém uma área (o deserto de Ogaden) em permanente atritos com a Somália. A vida do país é orientada segundo os interesses do social — imperialismo soviético, que tem na região um centro estratégico de grande importância, já que controla boa parte do fluxo internacional de petróleo.

Os revisionistas russos, por seu turno, não têm negado ajuda militar para manter o despótico regime de Mengistu. Na luta pelo controle de Ogaden, apóiam a Etiópia, e, no combate contra as forças patrióticas da Eritreia e Tigre, fazem uso inclusive dos préstimos de Cuba (que enviou à região 9 mil soldados, para engrossar as fileiras das forças armadas etíopes).



Só no estaleiro Mauá, 2.300 operários podem perder o emprego com a crise no setor

Falcatruas e desemprego nos estaleiros navais

O estaleiro Mauá ameaça demitir 2.300 de seus 3 mil operários. A indústria naval está atolada numa dívida astronômica de mais de 1 bilhão de dólares. E envolvida no malcheiroso escândalo Sunamam, em torno de 580 milhões de dólares desta dívida. Este é o resultado concreto da promessa, feita pelo regime militar em 1975, de colocar o Brasil entre "os maiores construtores navais do mundo".

A Companhia de Comércio e Navegação, conhecida como estaleiro Mauá, decidiu que, se até o dia 10 de março não receber encomendas para a construção de novos navios, romperá o acordo de estabilidade assinado com o Sindicato dos Metalúrgicos e iniciará as demissões.

O Mauá é um dos maiores estaleiros do país, já teve mais de 8 mil operários e hoje trabalha com uma capacidade ociosa de 60%. Esta grave situação, que atinge também os outros estaleiros do Rio de Janeiro, foi causada pela política desastrosa dos governos militares para o setor, e pela má administração dos próprios estaleiros.

Em 1975, quando foi lançado o programa de construção naval para o período 1975/79, o então presidente, general Geisel, afirmava que iriam ser construídas 765 embarcações, com um investimento inicial de 3 bilhões de dólares, o que colocaria o Brasil entre os maiores construtores do mundo.

Deste ufanismo o que restou foram a dívida de 1 bilhão e 80 milhões — tomada junto a bancos nacionais e estrangeiros, com o aval da Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) — e os navios construídos entre 1975 e 1977 transformados em sucata.

Da dívida contraída, uma parte foi paga. Mas desde fevereiro de 1984 congelou-se o pagamento de outros 580 milhões de dólares. Existem dúvidas sobre a origem e utilização deste dinheiro. Não se sabe, inclusive, quanto foi realmente utilizado na construção naval e quanto foi desviado para outras atividades. Para se ter uma idéia do desvio do dinheiro, uma comissão formada pela Sunamam fez uma auditoria nos estaleiros Ibne Caneco: o primeiro pleiteava o pagamento de uma dívida de 1 milhão de dólares mas só fo-

ram reconhecidos 261 mil, e o segundo, de um total de 25,8 milhões de dólares, só teve admitidos 19,5 milhões. No Mauá a coisa é mais grave. A comissão ainda não decidiu se aceita ou não a dívida de 299 milhões de dólares.

Os bancos estrangeiros estão pressionando para que o governo assuma a totalidade da dívida. O Citibank até mesmo enviou telex ao ministro da Fazenda, Ernane Galves, afirmando que o não-pagamento da dívida dos estaleiros dificultaria o processo de renegociação da dívida externa brasileira. Trocando em miúdos: os empresários e altos funcionários da administração prevaricam à vontade, o "papai" governo assume a dívida e o povo trabalhador arca com as consequências!

Os operários do Mauá realizaram algumas assembléias e deixaram claro que não aceitarão o desemprego causado pelas falcatruas. No dia 8 deste mês, o sindicato inicia uma campanha realizando manifestações pelo centro da cidade, convocando todas as organizações e entidades populares, e os partidos político, para garantir o emprego dos metalúrgicos.

(Marcos Nogueira - Niterói)

Eleições diretas nas capitais devem ser realizadas em 1985

Entre as muitas tarefas do governo Tancredo Neves, no rumo das mudanças, está a convocação imediata de eleição direta para prefeito das capitais e municípios considerados de "segurança nacional" e estâncias hidrominerais.

Este é o ano de tirar todos os obstáculos colocados no caminho da democracia pelo regime militar. Ao lado das leis de exceção, da camisa-de-força da legislação partidária, um dos principais entulhos no rumo da Constituinte livre e soberana em 1986 é a imposição dos dirigentes de Executivos municipais ilegítimos, divorciados dos anseios populares. A eleição direta dos prefeitos intensificará o debate e facilitará uma maior legitimidade da Constituinte.

Os que falam contra a eleição dos prefeitos em 1985 justificam que o debate institucional que se travará até a Constituinte dominará as tensões e os prefeitos eleitos não estarão inteiramente voltados para as graves questões administrativas que enfrentam.

É um falso argumento. A democracia não pode ser encaráda como um problema, uma dificuldade. Ela é um meio pelo qual se chegará às soluções com legitimidade, com respaldo popular conferido pela vontade expressa nas urnas. Os principais centros políticos do país não podem ficar à margem do grande debate nacional que se inicia.

A eleição direta para prefeito ainda este ano acelerará a reorganização do quadro partidário reclamada também para a Constituinte. Da campanha participaram com desta-



OPINIÃO PARLAMENTAR
Lídice da Mata
Líder do PMDB na Câmara dos Vereadores de Salvador

que os partidos já organizados, mas seguramente aqueles que demonstrarem maior agilidade no processo de organização estarão presentes. É natural que haja coligações partidárias para essa eleição. Por isso é imprescindível uma reforma eleitoral que assegure a coligação e, principalmente, que contemple a extinção da sublegenda — casuismo deixado pelo regime autoritário.

O presidente Tancredo Neves tem tocado, em seus pronunciamentos, no outro ponto nevrálgico das mudanças que a nação reclama: a descentralização do poder e da administração pública. A autonomia financeira dos municípios é indispensável. Estes precisam reconquistar sua importância política na vida nacional e andar com as próprias pernas para solucionar problemas como

os de transporte coletivo, saneamento, educação, saúde, habitação, sufocados pela centralização do poder.

Chegamos hoje a uma situação em que dos tributos arrecadados no Brasil 72% vão para a União, 22% para os Estados e apenas 6% para os municípios. Isso quando, em países como a Itália, 34% dos tributos vão para os municípios; na França o percentual chega a 39% e na Inglaterra 41% das contribuições são destinadas à municipalidade.

Com o esmagamento financeiro que ocorre no Brasil, os prefeitos não passam de marionetes do poder central, ligando-se a ele humildemente, de pires na mão à cata de recursos. Essa relação de subserviência facilita, incentiva a manutenção de oligarquias, do clientelismo ao gosto daqueles que empolgaram o poder em 64 e em detrimento da maioria da população.

A falta de eleição direta nas capitais leva ao divórcio entre governantes e governadores. Geral o absurdo de se terem as Câmaras de Vereadores legitimamente eleitas, tendo de dialogar com prefeitos biônicos, nomeados por governadores derrotados nas eleições. No particular, a cidade de Salvador vive situação singular: 82% dos seus eleitores votaram na oposição em 82, elegendo uma Câmara com 2/3 dos vereadores do PMDB, enquanto o prefeito é nomeado pelo PDS, fraudando a vontade popular. (Lídice da Mata, líder da bancada do PMDB na Câmara de Salvador, Bahia)

Tancredo visita os maiores devedores

A viagem de Tancredo Neves pela Europa, Estados Unidos e principais devedores da América Latina teve grande importância política. Serviu para confirmar que a dívida externa é o grande problema enfrentado pelo Brasil. Foi útil também para revelar o quadro difícil dos devedores, em particular Espanha, México e Argentina.

Não se pode negar que a questão da retomada democrática no Brasil teve peso e foi fator decisivo na grande atenção dada pela imprensa mundial a Tancredo. No entanto em cada conversa, em cada país, o tom foi dado pelo pagamento dos juros, pelas renegociações pelas atribuições do FMI, pela postura política ou não, coletiva ou não dos credores.

Alguns fatos foram dando um colorido especial à viagem: as complexas e desonrosas negociações do sr. Pastore com os banqueiros internacionais e com o FMI, tentando comprometer o futuro do Brasil até o ano 2000, com pesados encargos de renegociação do principal da dívida. O mais grave é que embutida nesse plano de dezenas de bilhões de dólares e de prazos de 14 anos está a cláusula de auditoria semestral do FMI. Ou seja, o direito do FMI vasculhar periodicamente todas as contas e todos os planos econômicos do país.

As pressões dos banqueiros e do próprio governo americano já são fortes sobre o futuro governo brasileiro, embora isso não transpirasse pela imprensa. Os banqueiros mostram-se inflexíveis quanto às taxas de juros e à auditoria do FMI. Os acordos com Figueiredo terminam em 1985, enquanto os imperialistas querem que a tutela se estenda ao ano 2000.

CONTRA O FMI

Mas não é só do lado dos imperialistas que as pressões crescem. Coincidindo com a última semana da viagem de Tancredo, os países devedores deram sequência ao Acordo de Cartagena, realizando reuniões na República Dominicana, e, apesar da timidez da iniciativa, começam a esboçar uma reação às auditorias do FMI.

São os trabalhadores os que se definem com maior firmeza na luta contra o FMI e a extorsão das finanças internacionais. Isso não deve ter passado despercebido para o presidente eleito Tancredo Neves. Na própria República Dominicana, sede atual do Acordo de Cartagena, o clamor público contra medidas do FMI é extremamente vigoroso, dando origem a poderosas manifestações de massas, em que duas pessoas foram mortas e várias prisões políticas foram realizadas.

Demonstrações contra o FMI e a recessão também estouraram nesse período com grande intensidade na Bolívia e no Peru. Tancredo deve ter percebido o clima tenso, pois tem perspicácia para ir além dos protocolos e declarações oficiais.

Outra realidade que o futuro presidente pôde avaliar é o profundo descompasso existente na economia ianque. Enquanto pisava em solo norte-americano, estalavam as brigas entre a Reserva Federal e a Presidência da República, tendo como pano de fundo um gigantesco déficit público, que já passa longe dos 200 bilhões de dólares e é um barril de pólvora para a economia mundial.



Tancredo e de La Madrid discutem as exigências do FMI

Economia devastada

Entre os países visitados por Tancredo alguns se destacaram pelo rastro de destruição das políticas recessivas. Espanha, México e Argentina foram os destaques. Por onde passou a chamada "austeridade" não ficou pedra sobre pedra. No caso da Espanha e do México houve alguma estabilização no nível da inflação, mas a um custo social insustentável, traduzido por um desemprego brutal e pela queda do padrão aquisitivo da população.

"BOM MENINO"

O México é apontado como um "bom menino" pelos banqueiros internacionais. Dizem que conseguiu um ótimo acordo com os banqueiros internacionais e que sua economia vai muito bem. Isso é *papo* dos agentes do FMI. Os dados indicam o contrário: segundo o jornal "Financial Times", o desemprego atinge cerca de 10 milhões, aproximadamente a metade da força de trabalho mexicana.

No México, os poucos que conseguiram ter emprego foram arrasados pelo arrocho do FMI, embrulhados por "pactos sociais" impostos pela cúpula do sindicalismo, há dezenas de anos nas mãos do partido do governo, o PRI. A perda do poder de compra dos salários foi de 32% em dois anos.

O que não é posto à luz do dia é a perda de soberania embutida nos acordos acertados com os banqueiros. O FMI exige uma auditoria semestral durante os 14 anos de duração do acordo.

Um fato em particular ocorreu simultaneamente com a visita de Tancredo ao México: os banqueiros ameaçaram suspender os acordos (que na verdade ainda não

foram assinados) se o México fizesse uma pequena modificação na política fiscal. Esse fato deve ter chamado a atenção de Tancredo: nem mesmo uma modesta reforma na estrutura de isenção de impostos pode ser executada pelo governo mexicano sem "autorização" do FMI!

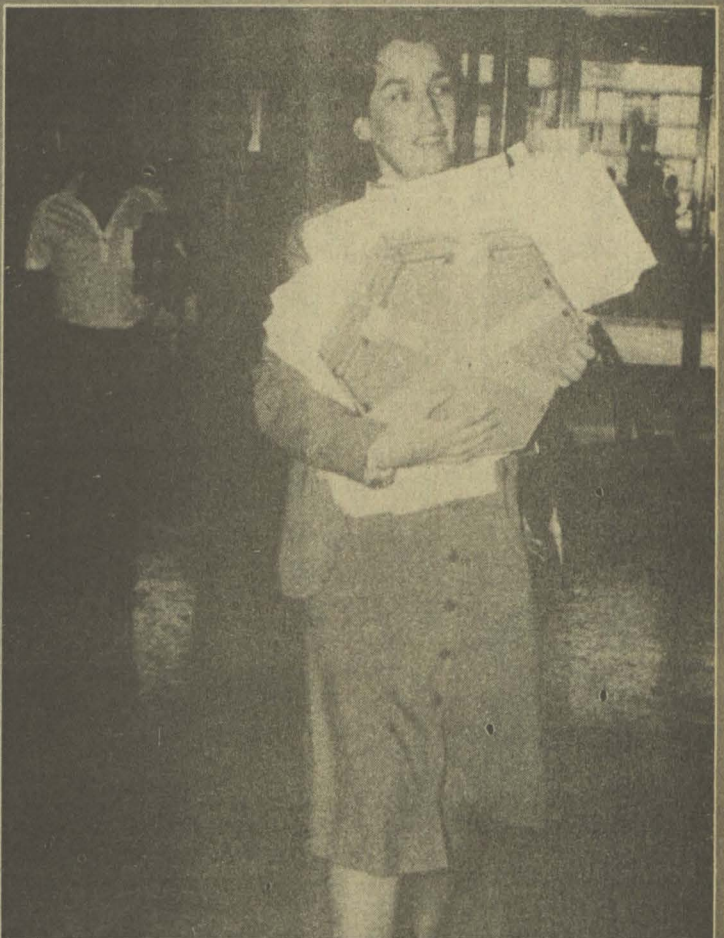
O ARROCHO DE ALFONSIN

Na Argentina a situação é ainda mais grave. A implantação da política do FMI está arrasando o país. Alfonsín força *acordos* que arrocham violentamente os salários e trarão intranquilidade social maior. A Argentina está tentando aplicar a política do FMI numa conjuntura já em degeneração, com inflação acima de 700% e ameaça de fechamento de várias empresas. No ano passado as vendas internas caíram a metade.

Alfonsín está estruturando um pacto racial para que os salários só sejam reajustados em 14% em fevereiro e março. No entanto a inflação só em janeiro foi de 25%.

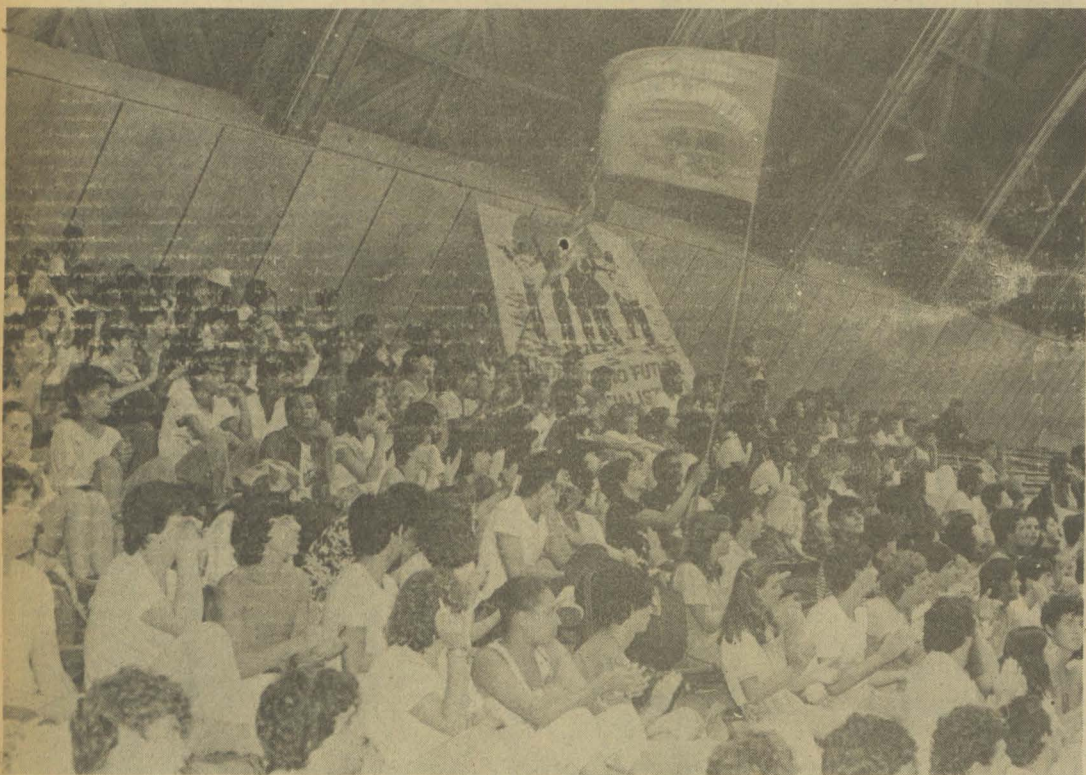
No mesmo dia em que Tancredo pisava o solo argentino, os auditores do FMI devassavam os dados oficiais para avaliar os quatro meses do acordo assinado.

Toda vez em que as negociações com os trabalhadores tiveram como base as imposições do FMI, o resultado foi o mesmo: queda do poder aquisitivo da população, queda do mercado interno e enfraquecimento geral da economia. No Brasil, o arrocho dos salários foi ponto de honra para o regime militar e deu no que deu: inflação e recessão, corte do mercado interno e aumento da dependência.



Leia e assine a
Tribuna Operária
Cupom de assinatura na página 9.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Delegações de todos os Estados participam, com vibração, do congresso da UJS em Curitiba

Congresso empolga jovens socialistas

Com delegações de todo o país, foi aberto na quarta-feira, dia 6, no Ginásio do Tarumã em Curitiba (PR), o 1º Congresso da União da Juventude Socialista (UJS). O evento, que conta com ampla programação cultural e política e se encerra no dia 10, é um marco na consolidação da entidade à nível nacional, segundo o coordenador geral da UJS, Aldo Rebelo.

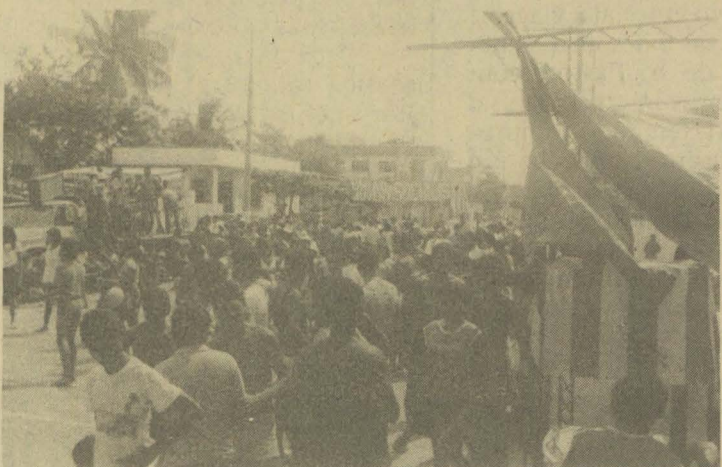
A abertura deixou claro o caráter amplo e representativo do encontro dos jovens socialistas. Para uma "saudação aos participantes", estiveram presentes o prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, a secretária Estadual de Educação, Gilda Poli Rocha Loures, o secretário de Justiça, Horácio Raccanello e diversos outros representantes de secretarias e órgãos do governo paranaense. Também participaram o presidente da União Nacional dos Estudantes, Renildo Calheiros, o representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, Renato Rabelo, além de dirigentes de dezenas de entidades e organizações populares e políticas. O compositor Itamar Correia cantou "em homenagem a União da Juventude Socialista" a música "xambioá", do seu novo LP dedicado às lutas no Araguaia.

"META É 50 MIL"

Com coordenações já formadas em nove estados brasileiros e núcleos em todos os demais, a UJS vem experimentando um visível crescimento desde que foi lançada em São Paulo, no ano passado. "Nossa meta é chegar até o fim deste ano com 50 mil filiados", afirma Aldo Rebelo.

"A receptividade dos jovens às ideias do socialismo científico é grande", diz, por seu turno, o coordenador da entidade no Amazonas, o metalúrgico Wagner Cardoso. "Em Manaus nós fizemos o lançamento da UJS no dia 15 de dezembro com a Assembleia Legislativa lotada com mais de 400 pessoas", conta. E acrescenta que "só neste mês de fevereiro faremos o lançamento de mais três núcleos de bairros. Ao lado do debate das ideias políticas, estamos levando aos jovens também o incentivo a iniciativas no campo da cultura e esporte, promovendo programas de lazer, com músicas nos bairros, e estamos montando núcleos nas fábricas".

Na Bahia foram formados vários núcleos da UJS em bairros populares. O lançamento estadual da entidade reuniu mais de 800 jovens da capital e de várias cidades do interior do Estado. "A perspectiva é de um grande crescimento, com a criação de núcleos nas principais cidades e uma grande injeção de ânimo em março com o reinício das aulas escolares", segundo Javier



Rua do Lazer no bairro Betânia, promoção da UJS do Amazonas

UJS em São Bernardo

Na manhã de sábado, dia 2 de fevereiro, foi realizado em Santo André o ato de lançamento da União da Juventude Socialista (UJS) da região operária do ABC paulista. Mais de 150 jovens, entre eles vários representantes de entidades populares, participaram.

O coordenador nacional da UJS, Aldo Rebelo, lembrou a importância da criação de núcleos da entidade na "região marchadamente operária" e exortou os presentes a lutarem pela "completa democratização do país, que será facilitada pelo fim do regime e com a posse de Tancredo Neves. O povo — disse — precisa de liberdade para seus sindicatos, para todos os partidos políticos na ilegalidade, para que

possa lutar em melhores condições por seus interesses fundamentais. E os jovens têm muito a contribuir nesta luta".

Para a coordenação da UJS no ABC foi eleito o secundarista e bancário Francisco de Assis, que participou das lutas sindicais em São Bernardo e Diadema, foi ativista do Sindicato dos Metalúrgicos, trabalhou em diversas metalúrgicas da região, a última vez na Auto-Metal, de onde foi demitido durante a campanha salarial de 1983. Atualmente, ele é também diretor da União Municipal de Estudantes Secundaristas de Diadema e Diretor do Centro Cívico EPSG Filinto Muller e presidente da Juventude do PMDB de Diadema.

Alfaia, ex-presidente da UNE e coordenador da UJS.

Também é nos bairros populares e favelas que a entidade vem sendo implantada no Rio de Janeiro, de acordo com a coordenadora geral no Estado, Clara Araújo. "Nós já estamos tomando iniciativas para mobilizar os jovens cariocas em vários níveis e pretendemos realizar em abril um grande debate sobre a juventude e a Constituinte. Temos observado uma boa participação na entidade de jovens que até agora estavam afastados do movimento político", salientou.

GRANDE PERSPECTIVA

"São imensas as perspectivas de organização da juventude goiana", declara o coordenador da UJS em Goiás, Benais Aires. "Depois do lançamento nacional da entidade, na qual tivemos uma participação destacada, nós nos preocupamos em implantar os núcleos de jovens socialistas nos bairros e cidade e entre os trabalhadores do campo", ressaltou. "Estamos organizando, com o apoio do Governo do Estado e entidades ligados aos jovens, um grande Festival Goiano da Juventude, em julho".

Em São Paulo, de onde saiu a maior delegação para o 1º Congresso da UJS,

com 400 jovens, "a entidade tem empolgado muito", informa Aldo Rebelo. Só o núcleo da UJS no Parque Santa Madalena inscreveu mais de 100 jovens para o congresso. "Nós temos conseguido conquistar a simpatia e a participação de jovens operários, estudantes e artistas". O coordenador geral da UJS frisou que "uma das nossas grandes preocupações, neste ano, será promover uma gigantesca comemoração do Ano Internacional da Juventude, em trabalho conjunto com outras entidades juvenis".

NO CAMINHO DAS LUTAS

Por último, Aldo Rebelo argumenta: "A consolidação e ampliação da UJS tem enorme importância não apenas para essa e outras comemorações, mas fundamentalmente para colocar os jovens no caminho das lutas pela democracia, contra o imperialismo, em solidariedade aos povos oprimidos e ameaçados pelas grandes potências, como o da Nicarágua, e pela conquista do socialismo, o grande ideal da classe operária de todos os povos do mundo. Esse congresso, com gente de todo o país, joga um grande papel neste sentido".

(Umberto Martins, enviado especial)

Secretários da Justiça contra SNI

Realizou-se em São Paulo o 2º Encontro Nacional dos Secretários Estaduais da Justiça, com a presença de secretários de 22 Estados. As mais amplas liberdades democráticas, com liberdade partidária e direito de voto aos analfabetos, foram defendidas no Encontro, que também discutiu o destino a ser dado ao sinistro Serviço Nacional de Informações (SNI). Na abertura do conclave o governador Franco Montoro, de São Paulo, classificou o SNI como "um serviço secreto com características policiaescas, autoritárias e acusando por crimes que nunca foram esclarecidos".

O Secretário da Justiça do Pará, Itair Sá da Silva, defendeu o fim do SNI, alegando que "todo órgão que é incompatível com o regime democrático deve ser extinto". Também o secretário do Paraná, Horácio Raccanello, considerou "altamente pernicioso" a atuação do SNI.

Foi aprovada a "Carta de São Paulo", que diz entre outras coisas:

"Os secretários de Justiça presentes ao 2º Encontro Nacional (...) sugerem: revogação de toda a legislação autoritária; profunda reformulação nos órgãos de informação do governo, a fim de que sejam isentados da índole autoritária que os caracterizam (...); revogação da Lei de Segurança Nacional (...); incorporando-se à legislação penal comum as situações que o mereçam, subtraindo-se da Polícia Federal a competência para a investigação e apuração de crimes dessa natureza e atribuindo-se à Justiça Comum competência para julgá-los; supressão das sub-legendas; revogação da exigência de vinculação de sufrágios; permissão da coligação partidária; revogação do voto distrital. (...) liberdade sindical e estudantil; elaboração imediata proposta de alteração da legislação visando permitir a organização e funcionamento de partidos políticos sob a inspiração de qualquer ideologia ou corrente de pensamento; completa revisão do sistema eleitoral do país (...); voto do analfabeto; (...) livre organização partidária; franco acesso aos meios de comunicação de todos os candidatos e partidos políticos; eleições livres e diretas com urgência para as Prefeituras dos Municípios declarados áreas de segurança nacional, das estâncias hidrominerais e das Capitais dos Estados".

Ameaça terrorista contra vereadores em Salvador

Quatro vereadores oposicionistas de Salvador da Bahia receberam terça-feira dia 5 cartas com ameaças de morte. Assinadas por "A Conexão", as mensagens afirmam: "Nós engolimos até essa democracia fajuta do Tancredo, mas não vamos engolir os comunistas e agitadores. Tomem cuidado, muito cuidado".

Os vereadores ameaçados são Ib Matos, presidente da Câmara, Lídice da Mata, líder da bancada do PMDB, Arnaldo Lessa e Ney Campelo. Segundo Lídice, a iniciativa provém da extrema direita terrorista, dos setores reacionários e obscurantistas, inconformados com o fim do regime militar e saudosos do tempo em que a tortura e a morte faziam parte da rotina do governo.

(da sucursal)

OPINIÃO

Lixo fascista

No apagar das luzes da ditadura a Polícia Federal ainda se esmera em promover provocações. Arvorase no direito de prender e espancar jovens que fazem propaganda da Constituinte e da legalidade para os comunistas — bandeiras defendidas pela imensa maioria dos brasileiros e vitoriosa na campanha democrática que levou Tancredo Neves à Presidência. Para esta gang não interessa inclusive que dois terços dos senadores deputados federais já tenham assinado uma proposta de emenda no sentido da legalização de todos os partidos ainda na clandestinidade.

Sintomaticamente os terroristas, impunes desde o Riocentro a desde o assassinato de D. Lyda Monteiro, da OAB, voltam a fazer ameaças contra democratas na Bahia.

Urge uma ampla campanha para varrer este lixo fascista. Merece apoio a posição dos secretários de Justiça contra a Polícia Federal e contra o SNI. Este último, travestido de órgão de informação, sempre foi instrumento de perseguição e espionagem contra os cidadãos. Sua existência é incompatível com a democracia. E é intolerável que a PF continue a interferir na vida política — no caso atual com evidente propósito de desestabilizar o novo governo a ser empossado em 15 de março.



Advogado demonstra como eram as torturas na Polícia Federal

Justiça investiga torturas na PF do Rio de Janeiro

Numa diligência realizada na sede fluminense da Polícia Federal o juiz Eduardo Mayr apreendeu uma série de instrumentos de tortura, descobriu celas e salas à prova de som e coletou parte do piso com manchas de sangue. Com esse flagrante, o ministro Abi-Ackel viu-se obrigado a declarar que puniria os eventuais crimes, mas nomeou o próprio delegado da PF, Aldinor de Oliveira Luz para investigar o caso. O delegado não teve dúvidas, e partiu para a ofensiva: acusou o juiz de invadir uma repartição federal, e silenciou sobre os torturadores...

O advogado que havia pedido a sindicância passou a sofrer seguidas ameaças de morte. Os agentes federais, por seu lado, disseram que a barra de ferro apreendida era

um berimbau; que os pneus usados na tortura eram para ginástica; e que as manchas de sangue eram provenientes de um churrasco, em plena repartição! Quanto às salas à prova de som, estariam em desuso há muito tempo. Mas foi encontrada numa delas uma nota fiscal da empresa Souza Leite e Cia Ltda. de 29 de junho de 1983, referente a uma peça para Beretta em nome do Centro de Informações da Aeronáutica.

Também no Paraná a Polícia Federal está sob sindicância, para que sejam averiguadas torturas feitas em dezembro no advogado Nicolino Lagrutta. O advogado saiu da PF, após seis dias preso, "com ferimentos nos dois testículos, pés e pulso", segundo laudo da Secretaria da Justiça paranaense.

Polícia Federal espanca preso em São Paulo

No dia 31 de janeiro foram presos sete colaboradores da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, enquanto pichavam palavras de ordem relativas à Constituinte livre e soberana e à legalização do PCdoB, na avenida 23 de Maio, em São Paulo. Os detidos foram levados por uma Rádio Patrulha e por um Tático Móvel da PM, para a 36ª Delegacia de Polícia na rua Tutóia (onde funcionava a sinistra Oban, que torturava e matava presos políticos nos anos 70), e remetidos para a Polícia Federal. Segundo Láltert Carvalho Castello Branco, um dos presos, "a PM nos fez várias provocações. Depois ficamos por quase uma hora num camburão, até que fomos levados à Polícia Federal."

Na PF, as provocações continuaram. Os detidos ficaram com presos comuns e em seguida foram levados para uma sala onde agentes federais tentaram interrogá-los, sem que lhes fosse dada assistência de advogado. "Nós nos recusamos a prestar depoimento, e daí um agente disse que eu era 'folgado'. Me chamou para outra sala e começou a me bater. Eu corri para a sala onde estavam os outros companheiros, e mesmo lá o agente, um japonês a quem chamavam de 'Sérgio', continuou a



Foto César Diniz

Láltert: espancado em São Paulo

me espancar. Depois fui obrigado a ficar em pé, diante de uma parede, por quase três horas."

Somente na manhã de sexta-feira o delegado da PF, Marco Antônio Veronesi, começou a interrogar os presos. Fichou-os e recusou-se a registrar, no depoimento de Láltert, a denúncia das agressões de que tinha sido vítima. Depois de mais de 12 horas de prisão, os detidos foram liberados pela Polícia Federal.

A Comissão pela Legalidade do PC do B divulgou nota à imprensa onde afirma: "Com o avanço conquistado pelo rumo a um regime democrático, não se justificam ações desta natureza tentando impedir o livre direito de exigir as plenas liberdades democráticas que durante mais de 20 anos foram pisoteadas e vilipendiadas."

CONVITE

A Comissão pela Legalidade de P.C. do Brasil tem a grata satisfação de convidar V.Sa. a participar da reunião a ser realizada dia 13 de fevereiro, 4ª feira, às 19 horas, no plenário Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa de São Paulo. O objetivo é apoiar a campanha pela legalidade, que cobrará novo ânimo com a vitória democrática de 15 de janeiro, e discutir a realização de um Ato Público Democrático em março próximo.

Para nós sua presença e apoio é muito importante. Essa luta é de todos nós, pois sem liberdade partidária não há democracia.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um serviço à ditadura

A quem interessa a desestabilização do governo Tancredo Neves? Esta é uma pergunta importante que os trabalhadores se colocam diante de pronunciamentos agressivos tanto do PT como de certas áreas da lgi já.

GOVERNO DE TRANSIÇÃO

O governo a ser empossado em 15 de março surgiu de uma magnífica campanha de massas, de caráter democrático, contra o regime militar. Não é um governo em que os trabalhadores estejam na direção. Embora o povo tenha sido o elemento chave para dismantelar todos os planos continuístas dos generais e garantir a vitória do candidato das oposições, a organização popular não foi suficiente para assegurar a sua hegemonia no processo político em curso. Neste sentido, a candidatura Tancredo Neves e o governo eleito representam as classes dominantes — com um imenso respaldo popular.

Ao povo interessa que seja um governo de transição, de acordo com a discussão e com a mobilização da opinião pública ocorrida durante as jornadas contra o candidato do regime, Paulo Maluf. Perseguindo este objetivo, os trabalhadores continuarão atuando dentro da imensa frente contra o arbítrio que se formou, batalhando pelas soluções progressistas e mais consequentes, como já o fizeram durante a campanha. Enfrentarão certamente as concepções mais conservadoras, como também já ocorreu no período recente nos comícios e manifestações públicas em todo o Brasil. Mas para resolver estas contradições poderão se apoiar nas contradições existentes no seio das próprias classes dominantes, assoberbadas com uma crise econômica e social de grandes proporções.

“OS GRANDES DIAS”

O proletariado apoiará o governo para que ele avance nas mudanças reclamadas pela nação e prometidas durante a campanha. E por outro lado terá postura independente e crítica em busca das transformações mais profundas que o país exige. Seria primarismo político romper, no dia imediato à vitória da batalha oposicionista, com a frente democrática criada em anos e anos de combate. No curso de luta pela consolidação das vitórias alcançadas é que haverá o processo de delimitação dos campos e de formação de uma nova disposição de alianças.

A classe operária não se pauta nem pelo seguidismo nem pelo reformismo. Seu rumo é o da revolução social. Mas este processo não é fruto da imaginação e da vontade de meia dúzia de iluminados e sim da acumulação de fatores objetivos e subjetivos. Os grandes dirigentes do proletariado indicaram, por diversas vezes, que nos períodos de evolução “pacífica” cumpre aos operários preparar as condições de luta para os “grandes dias” que, segundo Marx, concentram em si 20 anos.

POLÍTICA REACIONÁRIA

O governo Tancredo foi a solução que se impôs como resultado da correlação de forças existente no país e no interior da oposição. Não se colocou na ordem do dia, de imediato, uma saída popular. A derrocada desta administração, nas condições atuais, só poderia representar mais uma oportunidade para os defensores do regime militar, batidos politicamente, desmoralizados, mas não liquidados enquanto força política.

As forças da reação tratarão de se rearticular para sabotar a democracia em construção. Para frustrar estes planos serão necessárias a mobilização das massas e a atuação efetiva da Nova República como instrumento de transição. Desta forma, a campanha atual, visando desestabilizar o governo Tancredo Neves, serve à reação, aos generais, à ditadura. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Uísque e corrupção

Cerca de onze mil litros de uísque de contrabando foram apreendidos nestes últimos anos no Brasil... E distribuídos para altos funcionários do governo. Mais do que isto, esta *generosidade* é defendida abertamente pelo porta-voz da Presidência, Carlos Átila.

Normalmente — para os mortais comuns — a Receita Federal exige que o produto apreendido no contrabando seja leiloado. Mas para ministros e autoridades, diz o Sr. Carlos Átila, isto traria “gastos desnecessários” à administração.

Em qualquer lugar onde exista um mínimo de respeito aos bens públicos um escândalo como este — e até uma simples declaração leviana como a do porta-voz da Presidência — levaria a um rigoroso inquérito e provavelmente a demissões. E mesmo a prisões. Mas no Brasil dos generais, o que se constata é que o sr. Carlos Átila foi recentemente nomeado pelo general Figueiredo para ministro do Tribunal de Contas da União!

Por mera coincidência, quando esta nota estava sendo redigida fomos interrompidos por três fiscais da Receita Federal, que está realizando uma verdadeira devassa, em plano nacional, contra a **Tribuna Operária**. A inda bem que aqui não bebemos uísque!

Reforma Agrária: um problema candente



Em 1983: 173 conflitos de terra, envolvendo cerca de 50 mil famílias e 30 assassinatos

ocupam uma área muito maior que dois milhões e seicentos mil pequenos proprietários que têm menos de 10 hectares cada.

Pôr abaixo um dos pilares da opressão

A aliança entre os latifundiários, a grande burguesia e o imperialismo é o que mantém o Estado brasileiro dependente do capital estrangeiro e concentrador de riquezas para os poderosos. A existência do latifúndio é menos o resultado da ação perversa de “alguns exploradores desalmados que não dão destinação social a suas propriedades”, como pensam certas pessoas, do que uma peça vital no sistema de dominação política, econômica e cultural a que

Distribuição da propriedade fundiária

Grupo de área (tamanho)	Aumento do nº de propriedades (%)	Aumento da área ocupada (%)
0 — 10	+ 3,3	-0,9
10 — 100	+ 4,2	+ 7,3
100 — 1000	+ 17,9	+ 16,9
1000 — 10000	+ 29,5	+ 31,9
10.000	+ 66,5	+ 75,6
Total (Brasil)	+ 4,9	+ 22,7

o país é submetido pelas classes dominantes.

Neste sentido, a realização da reforma agrária é, sobretudo, uma questão de natureza política, e diz respeito à destruição de um dos pilares da opressão, do obscurantismo e do atraso vigentes no Brasil. Sua efetivação implica o fim do monopólio da propriedade da terra, a liquidação do latifúndio — tanto atrasado como aburguesado — e golpear o poder dos latifundiários e dos grandes capitalistas enquanto classes sociais. Neste sentido é que se entende a reforma agrária radical e que se situa a sua natureza revolucionária.

Não abordar o assunto sob este ângulo leva ao imediatismo e ao oportunismo. E ao equívoco de “fazer a reforma agrária” a partir e/ou com base no Estatuto da Terra. Ou então a imaginar que o “ideal” para a estrutura agropecuária brasileira seria a instalação de uma rede de pequenas propriedades familiares autônomas, tiradas não se sabe de onde. Ou ainda a sonhar em reformar a estrutura fundiária de acordo com a “função social” da propriedade, como querem os mais românticos.

A reforma agrária é uma questão estrutural, que mexe com a base de sustentação do Estado. Não pode ser resolvida com medidas conciliadoras ou pela aplicação das leis existentes; e muito menos pela “dinamização” de órgãos governamentais tais como o Incra. Por este caminho no máximo poder-se-ia obter algumas melhorias de curto alcance. Da mesma forma, colocar a propriedade familiar como *ideal* a atingir seria limitar a reforma agrária a um projeto defasado com o atual desenvolvimento das forças produtivas no país em geral, e no campo em particular.

Modelo distorcido implantado pelo golpe

No Brasil, a partir do golpe de 1964, o processo de dependência externa acelerou-se de forma incrível. A dívida externa assumiu a fantástica cifra de 100 bilhões de dólares. O centro de decisões sobre a nossa economia transferiu-se para o exterior e o acompanhamento dos “livros contábeis” passa a ser feito diretamente pelo imperialismo através de sucessivas missões do FMI. Os setores vitais da indústria e das finanças estão sob controle direto do capital estrangeiro. Em função disto ocorreu um processo de monopolização nos diversos ramos da economia e de modernização da produção visando a exportação.

A agropecuária não ficou isenta deste processo. Pelo contrário, foi

uma das áreas mais atingidas pelo modelo concentrador exportador. O crescimento capitalista no campo acoplou-se à estrutura agrária existente, reforçando ainda mais a monopolização da propriedade. De outro lado, montou-se um setor produtivo moderno, com destaque para propriedades até 100 hectares, localizadas principalmente na região Sul-Sudeste, e parte da Centro-Oeste, muitas vezes com administração familiar, com papel destacado na produção. São unidades capitalistas de porte médio a grande, produzindo intensivamente para o mercado, dispondo de créditos, assalariando mão-de-obra, empregando técnicas e insumos modernos, com elevados índices de produtividade. Formaram-se ainda grandes unidades de produção, basicamente no setor canavieiro, também com emprego intensivo de capital e tecnologia moderna.

Eficiência na produção e bem estar do povo

Neste quadro, a reforma agrária radical, ao liquidar o monopólio da terra, garantir a democratização da propriedade possibilitando terra aos camponeses, posseiros e demais trabalhadores que aspiram a um pedaço de chão para a sua sobrevivência, terá que favorecer a criação de cooperativas, de propriedades coletivas localizadas e de fazendas estatais. Só deste modo será possível preservar a eficiência da produção, de acordo com o nível de desenvolvimento atingido no país, e proporcionar melhores condições de vida e de trabalho aos camponeses e demais trabalhadores agrícolas.

Além disto, será fundamental planejar a produção de acordo com as necessidades globais do Brasil — dando prioridade ao abastecimento do mercado interno e não à exportação. Com isto, lançam-se as bases para mecanismos de um novo sistema de produção, capaz de evitar as crises de superprodução (e também de subprodução) na agricultura.

A reforma agrária radical implica igualmente desenvolver uma tecnologia adequada às condições do país, não criadora de desemprego — pela dispensa artificial de mão-de-obra —, não degradadora do meio ambiente — através de tratores da terra inadequados ou poluidores.

Este conjunto de procedimentos terá por base o manifesto interesse dos camponeses, assalariados agrícolas, posseiros e demais trabalhadores rurais, através de seus órgãos representativos, sindicatos e associações, e da sua participação direta na luta para liquidar o latifúndio e contra o sistema de opressão das classes dominantes. (R. Freitas)

Escândalo social

Entre os censos de 1970 e 1980 a superfície de terra ocupada no país cresceu 22,7% e o número de propriedades aumentou apenas 4,7%, o que indica uma expansão no tamanho das propriedades.

Mas enquanto o número de pequenas propriedades — com menos de 10 hectares cada uma — cresceu 3,3%, a área ocupada por elas diminuiu em 0,9%, evidenciando-se um processo de fragmentação dos minifúndios. Ao lado disto os **superlatifúndios** — com mais de 10 mil hectares cada um — ocuparam uma superfície 75,5% maior, sendo que numericamente só cresceram 66,5%, demonstrando uma ampliação da área de cada um e um reforço na concentração da propriedade.

A ocupação de novas terras se dá tanto em função da expansão da fronteira agrícola como pela modernização do processo produtivo, geralmente vinculado a lavouras de exportação, que permite o cultivo de áreas até então inaproveitadas. Esta ampliação se dá sempre beneficiando a grande propriedade. É o resultado concreto da política agrária do regime militar. Os sucessivos planos de “reforma agrária localizada” tornam cada dia mais difícil o acesso do camponês à terra, entregando-a aos grileiros, latifundiários e às grandes empresas capitalistas brasileiras e estrangeiras. A tal ponto isto se verifica que nas regiões de fronteira agrícola — gozando de incentivos fiscais — as propriedades acima de mil hectares ocupam 66,9% da área. São em geral os grandes projetos agropecuários, muitas vezes nas mãos das multi-

nacionais, como é o caso do frigorífico Atlas, da Volkswagen, do King's Ranch etc. O exemplo mais significativo é o do projeto Jari, com mais de três milhões de hectares, montado pelo bilionário Daniel Ludwig às custas de escandalosas concessões governamentais e atualmente em mãos de testas-de-ferro do imperialismo.

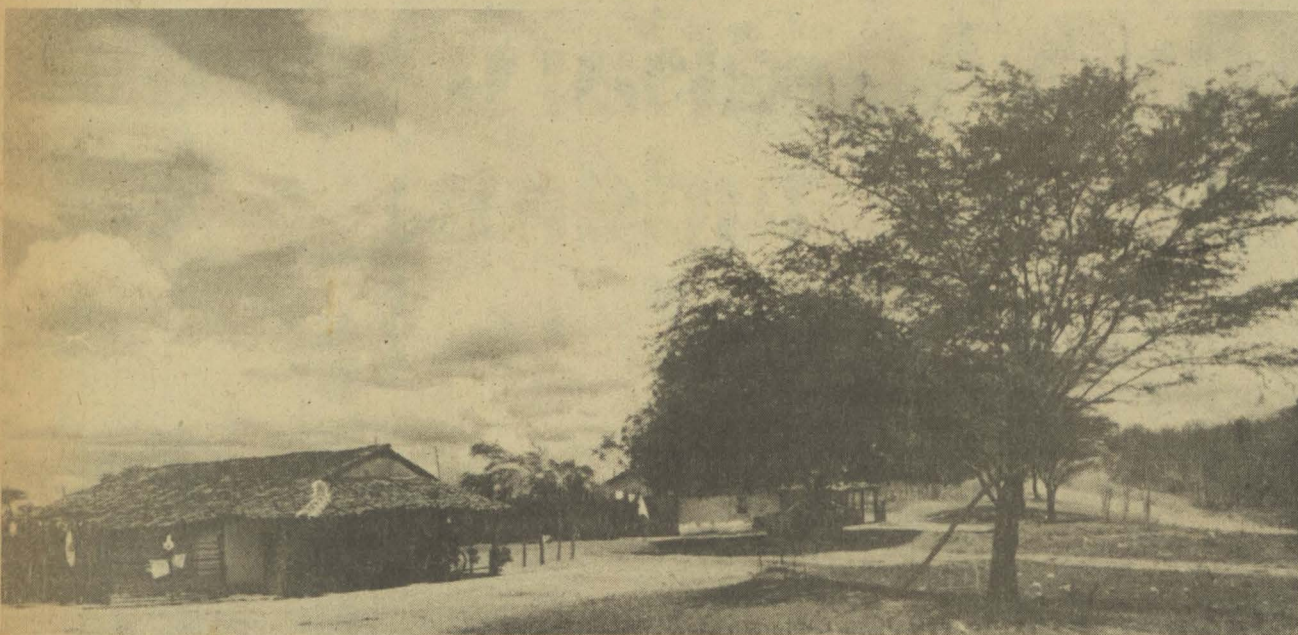
CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Em correlação com esta concentração da propriedade da terra, verifica-se também uma brutal concentração da renda no campo. Em 1970 os 50% mais pobres participavam de 22,4% da renda total. Em 1980 sua fatia foi reduzida para 14,9%. Enquanto isto, no mesmo período, a renda dos 5% mais ricos passou de 23,7% para 44,2%, quase o dobro! E em particular os multimilionários (1%) da área rural elevaram a sua renda de 10,5% para 29,3%. Um verdadeiro escândalo social. Um punhado altamente privilegiado (1% dos proprietários) tem uma renda maior que o dobro dos 50% de pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

Para se ter uma idéia do custo social deste tipo de desenvolvimento, basta dar uma olhada na situação dos assalariados agrícolas — temporários ou permanentes: além de trabalharem em condições subumanas, 70% deles ganham um salário — mínimo ou menos; 80% não têm carteira assinada, não dispõem de assistência médica, na imensa maioria são analfabetos, são transportados de um lado para outro em caminhões sem a menor segurança e conforto.

Concentração da terra entre 1970-1980

Grupo de área/ha	Número de estabelecimentos	Porcentagem sobre total	Área ocupada	Porcentagem total
0 — 10	2.603.576	50,3	8.394.715	2,4
10 — 100	2.015.821	38,9	64.456.452	17,4
100 — 1000	489.303	9,4	126.336.136	34,3
1000 — 10000	45.906	0,8	105.655.585	28,5
10.000	2.410	0,04	63.545.030	17,1
Total	5.167.578	100%	369.587.872	100%



Casas de moradores da Fazenda Teotônio, parte de um império agropecuário com 15 mil empregados

Latifúndio usa polícia contra Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra funciona? Na Fazenda Teotônio, em Quixeramobim, Ceará, 18 famílias de rendeiros decidiram só pagar ao poderoso Grupo Edson Queiroz a renda que o Estatuto prevê: 10%. Em resposta, o Grupo soltou o gado, passou o trator por cima das roças de algodão dos lavradores e mandou prender seis deles, para não respeitar o que está na lei.

O conglomerado Édson Queiroz, a par de capitais empregados na indústria e na rede bancária, é dono de pelo menos dez extensos latifúndios no Ceará, Piauí e Maranhão. Só no Ceará, além da Fazenda Teotônio (de 9.500 hectares), possui terras em Santa Quitéria (20.000 ha), Irauçuba (7.000 ha), Cascavel, Aracati e Morada Nova. Ao todo, este império agropecuário encerra 50 mil cabeças de gado e 15 mil empregados.

A Fazenda Teotônio, adquirida em 1973, é tida como a modelo do grupo. Seus proprietários se gabam de fazer funcionar ali um sistema perfeito de exploração da terra e de justiça social. Mas a verdade é outra.

MUTIRÃO DE CORAGEM

Na seca passada, a gerência coagia os trabalhadores, sob pena de expulsão e prisão, a assinar o livro de presença nas Frentes de Serviço, sem que estes estivessem trabalhando ou recebendo. No fim de cada mês, a Fazenda embolsava os salários destinados a 75 trabalhadores fantasmas inscritos nas frentes. Na época, os lavradores Chico Elias e Antônio Vitor denunciaram o fato no Ges-cap (Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas), mas inutilmente. Só conseguiram fazer com que os administradores da Teotônio lhes negassem terra e condições de trabalho.

Foi então, 1984, que as 18 famílias passaram a trabalhar uma gleba de terra em mutirão. A comunidade (como passaram a chamar esta união) só recebeu da Fazenda a terra bruta, sem nenhum financiamento. E por isso resolver só pagar 10% de renda, de acordo com o que diz o Estatuto da Terra. Mas nem estas limitações legais o latifúndio aceitou.

Na época da colheita, os administradores da Teotônio mandaram jogar gado dentro das capoeiras de algodão da comunidade. Os roceiros tiraram os animais, porém o estrago já era



Seu Antônio: dinheiro, nem para um quilo de arroz, quanto mais para armas

grande. Quando chegou a hora de entregar o algodão, comprado “na folha” pela Fazenda, os camponeses descontaram aquilo que o gado destruiu. Em represália o supervisor Danilo Cordeiro não recebeu a renda de 10%. Disse que só aceitaria 30%.

Para ficarem em seu direito, os lavradores depositaram a renda do Grupo Edson Queiroz em Quixeramobim, e agora preparam novo plantio, na Fazenda.

AVINGANÇADO LATIFÚNDIO

“Eles disseram que a gente não brocava, se brocassem não botava fogo, se botasse fogo não plantava, se plantasse não colhia, porque eles botavam o gado para comer, e se cercasse eles mandariam derrubar a cerca” — conta Francisco Souza Nascimento, 38 anos, nascido e criado na Fazenda Teotônio como os demais membros da comunidade.

De fato, no dia 22 de janeiro um trator avançou sobre o algodão dos lavradores, garantido pelo gerente e por dois pistoleiros armados. Mais tarde o tenente Campos, da 2ª Companhia de Polícia, sediada em Quixadá, inadvertidamente revelaria ao advogado dos trabalhadores que se tratava de dois agentes da Polícia Federal, “em férias” na Fazenda.

Avisados, os camponeses, com seus instrumentos de trabalho, foram até o local e o gerente da Fazenda preferiu mandar recolher a máquina. Mas de volta à casa-grande avisou que voltaria, para acabar com os outros campos. E os pistoleiros ficaram “to-

caçando” os moradores.

No dia 24, duas guarnições da polícia, com 15 homens fortemente armados, chegaram com a missão de prender 15 chefes de família, inclusive uma senhora de 70 anos de idade, Maria Jacinta Ferreira. “A aflição foi grande. Muitas mulheres tiveram passamentos, inclusive uma grávida” — conta uma moradora. A batida se prolongou por toda a tarde e a noite, resultando na prisão de seis lavradores, levados para Quixadá.

A ARMA DO TRABALHADOR

Os lavradores rejeitam a versão de que estariam armados. “Só vejo este povo do mutirão trabalhar. Ninguém tem dinheiro para comprar um quilo de arroz, quanto mais para comprar arma” — diz seu Antônio, morador.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim, Antônio Clementino dos Santos, argumenta: “Sentimos o desrespeito dos patrões para com o estupro de Guilhermina, realizado na presença de crianças. Os pistoleiros ainda roubaram uma caminhonete C-10, de propriedade do posseiro Osvaldo Souza de Oliveira. Mais uma vez a polícia ficou do lado dos pistoleiros. Os lavradores foram à delegacia da cidade e encontraram o delegado, sargento Orlando, jogando dominó. Ao ouvir as queixas, o sargento ameaçou os posseiros com um mosquetão. E mandou buscar reforços nas cidades vizinhas de Guandu e Santo Antônio de Jesus, contra os agredidos. Pediu ainda que não registrassem queixa e ameaçou dar uma busca na área das posses, à procura de armas dos agricultores.

(da sucursal)

Grileiros atacam no sul da Bahia

No município de Venceslau Guimarães, sul da Bahia, mais de 40 homens fortemente armados, a mando da empresa Lopes Marques Madeireira e Agropecuária, invadiram no dia 25 a área ocupada por 420 posseiros. Os agressores feriram à bala o posseiro Firme Romão de Souza, queimaram casas, ameaçaram até crianças com revólveres e estupraram Guilhermina dos Santos, esposa de um posseiro.

Os agricultores atacados denunciaram o fato em entrevista coletiva à imprensa no dia 30, na sede da Fetag-Bahia (Federação dos Trabalhadores na Agricultura). E exigiram providências do governador João Durval no sentido de prender os pistoleiros e investigar o envolvimento de policiais militares na empreitada.

A ação de policiais ao lado dos

pistoleiros foi comprovada quando se encontraram na área dois queques da Polícia Militar, enviados ao Departamento de Polícia do Interior (Depin), em Salvador.

Os posseiros argumentam que ocupam há dois anos a área onde moram, de 80 mil hectares. Pagam a taxa do Incra e as posses estão num processo normal de legalização. Ali plantam mandioca, cacau e milho. Mas de um ano para cá passaram a ser ameaçados pelos grileiros e pistoleiros da empresa Lopes Marques que, segundo eles, contratou um verdadeiro exército de mais de 300 bandoleiros.

Os detalhes da invasão do dia 25 são de rara brutalidade. Os pistoleiros chegaram e foram arancando as plantações, espancando mulheres e crianças, atirando nos posseiros, ameaçando

matá-los e queimando habitações. A violência chegou ao extremo com o estupro de Guilhermina, realizado na presença de crianças. Os pistoleiros ainda roubaram uma caminhonete C-10, de propriedade do posseiro Osvaldo Souza de Oliveira.

Mais uma vez a polícia ficou do lado dos pistoleiros. Os lavradores foram à delegacia da cidade e encontraram o delegado, sargento Orlando, jogando dominó. Ao ouvir as queixas, o sargento ameaçou os posseiros com um mosquetão. E mandou buscar reforços nas cidades vizinhas de Guandu e Santo Antônio de Jesus, contra os agredidos. Pediu ainda que não registrassem queixa e ameaçou dar uma busca na área das posses, à procura de armas dos agricultores.

(da sucursal)

O crime anda à solta no Vale do Jequitinhonha

Mais um trabalhador rural, José Gomes da Silva, foi assassinado em Minas Gerais. É o 11º crime de morte em 12 meses, vitimando posseiros, assalariados e dirigentes sindicais na vasta região mineira que vai do Pontal do Triângulo ao Vale do Jequitinhonha. Outros líderes dos trabalhadores já estão jurados de morte pelos fazendeiros.



O sepultamento de José Gomes, assassinado por não entregar sua posse

José Gomes, 47 anos, pai de oito filhos, foi abatido a tiro às 22 horas de sexta-feira, dia 1º de fevereiro, perto de sua casa em Capelinha, no Vale do Jequitinhonha. Dono de uma posse na comunidade de Santo Antônio Fanado, era ativista sindical, sempre presente nas lutas da região.

O fazendeiro e gerente da Minas-Caixa, Gracilio Froes, cobiçava a posse do lavrador e recentemente tentou passar uma cerca por ela. José Gomes recorreu ao escritório da Ruralminas e ao Sindicato, conseguindo embargar a medição. Mas o fazendeiro não se conformou.

Na manhã do dia do crime, Gracilio procurou José Gomes e tentou obrigá-lo com ameaças a assinar um papel em branco. O lavrador recusou-se e procurou novamente o Sindicato. Às 18 horas, nova visita e novas ameaças. Às 22 horas o posseiro era encontrado, morto.

“DIAS CONTADOS”

As violências e pressões dos fazendeiros de Capelinha não ficaram nisso. Segunda-feira, dia 4, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da localidade e diretor da Fetaemg,

Vicente Faul dos Santos, passava pela praça Castelo Branco quando foi abordado por um fazendeiro da região, cujo nome ele nem sequer conhece. “Ele veio em minha direção e disse: — Abre os olhos; um já foi e os seus dias estão contados” — relatou Vicente. Várias pessoas presenciaram o fato, inclusive o tesoureiro do Sindicato, que estava com o presidente.

Segundo Vicente, “as ameaças estão acontecendo desde o dia 18 de janeiro, quando fizemos uma passeata com 350 bóias-frias das plantações de café de Capelinha, exigindo melhores condições de transporte para o trabalho. Um técnico do IBC (Instituto Brasileiro do Café) advogado do Sindicato disse que ouviu comentários de que estavam organizando uma turma para me pegar. O mesmo aconteceu com familiares de minha mulher”.

No dia seguinte, terça-feira, Vicente e uma comissão de sindicalistas liderada pelo presidente da Fetaemg, André Montalvão, foram até o secretário de Segurança Pública do Estado, Bias Fortes, exigir a apuração de

morte de José Gomes e proteção para a vida do presidente do Sindicato. Dois suspeitos do assassinato, de nomes Manoelzinho e Tiago, chegaram a ser presos depois que os familiares da vítima deram queixa na delegacia de Capelinha, mas já estão em liberdade.

Para André Montalvão, apesar de ser fundamental a apuração das violências e a punição dos responsáveis, “o problema só será resolvido quando o governo enfrentar de fato a questão do latifúndio no país, acabando com a especulação com terras e fazendo a reforma agrária”. Ele acredita que a administração de Tancredo Neves poderá dar passos neste sentido, mas acha necessária “uma grande pressão sobre o governo, que vai oscilar de acordo com os diversos interesses nele representados”.

Vicente concorda, e diz que a continuidade da luta é a garantia da vitória. Assim, sábado, dia 9, realiza-se nova assembleia dos assalariados do café para decidir os rumos do movimento, já que os patrões não deram ainda nenhuma resposta às suas reivindicações. (da sucursal)



Aldeia de São José: troncos e flechas fincadas advertem os ocupantes das terras

Apinajé em pé de guerra fazem ultimato ao governo

Os ânimos voltaram a se acirrar em Tocantinópolis, Goiás, onde os índios apinajé defendem suas terras. Oito caciques de diversas tribos, reunidos na aldeia São José, deram um ultimato ao governo: ou este demarca as terras indígenas, ou os apinajé entram na mata, armados, para demarcarem eles mesmos os 148 mil hectares em que habitam há gerações.

O conflito se aguçou a partir de domingo, dia 3, quando o fazendeiro e vereador do PDS José Bonifácio desferiu um tiro de escopeta no soldado Gérson Edmar Leite, 22 anos, do Serviço de Informações da Polícia Militar de Araguaína, lotado há mais de um mês na cidade para resguardar os índios. O vereador é quem mais instiga os fazendeiros de Tocantinópolis para que não aceitem a delimitação dos territórios indígenas. Em entrevista à imprensa, ele chegou a afirmar que está “pronto para comandar o povo, tanto para matar quanto para morrer”. Após baleiar o soldado, José Bonifácio foragiu-se.

“ACABOU A PACIÊNCIA”

Os índios deram uma trégua à Funai até o dia 31 últi-

mo, quando houve uma reunião interministerial para definir a demarcação das terras dos apinajé. No entanto a reunião não tirou nenhuma deliberação conclusiva. Diante da indefinição reinante e face ao crime perpetrado pelo vereador pedessista, os índios perderam a paciência e passaram a se preparar para o pior. Armados de espingarda, eles guardam agora as entradas da aldeia São José, com ajuda de policiais militares. Já fizeram valetas, colocaram troncos de árvores e fincaram flechas no chão, na entrada oeste da aldeia. O caminho está vetado para todos os cidadãos de Tocantinópolis.

Segunda-feira, dia 4, foi firmado um acordo entre os apinajé e o presidente da Funai, Nelson Marabuto, que visitou a aldeia São

João acompanhado por representantes do Getat, do Ministério de Assuntos Fundiários e do deputado Mário Juruna. Mas o acordo estipulava que os índios só aguardariam até o dia seguinte, quando haveria uma nova reunião do chamado “Grupo”. Caso não chegasse de Brasília uma posição favorável à demarcação, eles delimitariam por sua própria conta e risco a área reivindicada, ainda que isso levasse a um choque com os fazendeiros e posseiros.

O presidente da Funai foi encarregado de levar à reunião interministerial uma nova proposta dos índios: eles abrem mão dos 148 mil hectares, mas querem 130 mil ha e a punição do vereador José Bonifácio. Caso contrário, reiniciam as picadas pois, como afirmou um cacique kraô na reunião das lideranças indígenas, “acabou a paciência”. Os líderes das nações indígenas esperam há mais de um mês por uma definição do governo. (Francisco Messias, da sucursal de Goiás)

Congresso reforça unidade dos servidores

Realizou-se em Salvador, de 29 de janeiro a 1º de fevereiro, o II Congresso Nacional dos Servidores das Universidades Brasileiras, com a presença de 406 delegados e 116 observadores. O evento serviu para consolidar ainda mais a Fasubra como entidade nacional da categoria.

Várias bandeiras, como a Constituinte e a suspensão do pagamento da dívida externa, foram aprovadas. Como plano de luta os servidores decidiram cobrar ainda deste governo o cumprimento do acordo sobre equiparação salarial com as fundações. Também será marcada audiência com Tancredo Neves para entrega das reivindicações da categoria, solicitando-se que elas sejam incluídas no plano de emergência do novo governo. Até 1º de maio a categoria aguardará uma resposta as suas exigências; depois ocorrerão assembleias em todo o país; e no dia 16 haverá uma reunião nacional para discutir as respostas de Tancredo, avaliar a mobilização dos funcionários e definir novas formas de luta.

Um dos temas que despertou mais discussão foi o da filiação da Fasubra à CUT-PT. A veemência com que a maioria dos congressistas chamava pela unidade do movimento sindical levou até setores petistas a defenderem a não filiação. Apenas uma pequena minoria insistiu na tese, mas foi fragorosamente derrotada. (Alice Portugal, vice-presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Bahia)

Delegado atíça violência em Juazeiro

A população de Juazeiro, na Bahia, está revoltada com mais uma arbitrariedade cometida pela polícia local, sob comando do delegado Vicente Gomes da Silva. A última vítima da violência policial foi o jovem Edinaldo Alves dos Santos, de 18 anos. Ele foi preso na sua residência, em 10 de janeiro, por três policiais à paisana, que invadiram a casa de armas nas mãos. Sem apresentar qualquer prova, os policiais acusaram o jovem de roubo e começaram a espancá-lo na presença da namorada e da mãe — que também foram ameaçadas de prisão. O cabo Genivaldo, conhecido na cidade por suas truculências, ainda usou um facão para agredi-lo. Depois o jovem foi levado para um campo de futebol, amarrado a uma das traves e bastante espancado. Em seguida foi conduzido para o Posto Policial e fez dura peregrinação por várias prisões.

Para o advogado de Edinaldo, toda a ação foi ilegal: prisão sem flagrante, invasão de domicílio à noite sem mandato judicial e espancamento, que causou “lesões de natureza grave”. O advogado afirma que o delegado Vicente Gomes manteve o rapaz em cárcere privado, deixando-o quatro dias com fome e sede. Existem na cidade várias denúncias contra o delegado, mas ele nunca foi afastado pois é um dos protegidos do deputado do PDS Etelvir Dantas. O movimento de repúdio na cidade é bastante grande e todos exigem a demissão do delegado-carrasco. (da sucursal)

Goianos unem forças no Ano da Juventude

No último dia 4, na Câmara Municipal de Goiânia, foi realizada uma reunião unificada com todas as correntes da juventude goiana. Foi escolhida uma Comissão Organizadora, composta por 23 entidades, que terá a missão de preparar a reunião do dia 10 de março, de fundação do Comitê Goiano de Defesa da Juventude. Este encaminhará a realização de um Festival Goiano da Juventude e elaborará uma Pauta de Reivindicações com os principais problemas dos jovens goianos, a ser entregue ao presidente eleito Tancredo Neves.

A reunião contou também com a participação de um representante do governo do Estado, o secretário de Comunicação Social, Servito Menezes, o qual garantiu que o governo “está com grande disposição para fazer todo o possível para abrihntar as atividades aqui programadas”.

Denise, da UEE e integrante da Comissão, informa que o Comitê nasce no Ano Internacional da Juventude, mas continuará suas atividades nos outros anos. Na reunião foi sugerido que o comitê se chame Comitê Honestino Guimarães de Defesa dos Direitos da Juventude”, em homenagem ao líder estudantil goiano assassinado pela ditadura militar. Como disse Adalberto Monteiro, coordenador da Juventude Socialista em Goiás, “o jovem fará tudo de si para conquistar o direito ao trabalho, à cultura, à educação, ao esporte, à vida e à liberdade”. (da sucursal)

Greve dos vigilantes agita S. Paulo

“Eu aposto tudo nesta greve. Afinal, não tenho mais nada a perder.” A declaração deste grevista mostra bem o estado de espírito dos 60 mil vigilantes que entraram em greve na madrugada do último dia 5. Recebendo salários miseráveis e arriscando a vida diariamente, eles exigem um piso salarial de Cr\$ 750 mil, 85% de reajuste, adicional de risco de vida, estabilidade no emprego e outros direitos.

A paralisação foi decretada por mais de 4 mil trabalhadores, numa vibrante assembleia realizada na noite do dia 4, no saguão da Câmara Municipal. “Olé, olá, o vigilante está botando pra quebrar” — esta foi a palavra de ordem que mais contagiou os presentes. Um trabalhador comenta: “A minha grande alegria nesta greve é poder mostrar aos patrões que nós também somos gente. Eles vivem nos tratando como cachorros”.

PIQUETÕES NAS RUAS

A disposição da categoria para a greve ficou patente na madrugada de terça-feira. Tendo à frente os diretores da Associação dos Vigilantes e os membros do Comando de Greve, eleitos democraticamente na Assembleia, os piquetes nas várias regiões da capital e da grande São Paulo começaram às seis horas da manhã. No início contavam em média com 50 pessoas; pouco depois já reuniam de 200 a 500 pessoas, formando verdadeiras passeatas pelas ruas principais da cidade.

Atemorizadas com a revolta dos grevistas, algumas empresas liberaram os funcionários imediatamente. Outras resistiram: no Bradesco de Santo Amaro o gerente tocou o sinal de alarme e logo apareceram quatro viaturas da polícia civil e duas da PM. Mesmo assim os que estavam trabalhando aderiram à paralisação.

Segundo avaliação da Associação, cerca de 60% dos vigilantes da Grande São Paulo aderiram ao movimento. Várias cidades do interior também engrossaram a greve, como São José dos Campos, Bauru, São José do Rio Preto e Botucatu. Nesta última, todas as agências bancárias ficaram sem vigilantes; dos 50 que trabalham no município, apenas três entraram nas agências. Outros municípios ainda realizam assembleias, mas tudo indica que o número de grevistas aumentará.

O Comando de Greve definiu que no início da paralisação os grevistas não deveriam furar os pneus dos carros-fortes dos bancos — “isto para evitar qualquer repressão policial e acumular forças”, segundo um membro do comando. Mesmo assim a revolta era grande e a orientação virou letra morta. Vários carros-fortes foram bloqueados.

Nos primeiros momentos da greve a



Demonstrando grande disposição, os grevistas fizeram várias passeatas pelo centro da capital paulista

PM interveio com moderação. Mas no ABC paulista, numa agência bancária de São Caetano, sete piqueteiros foram detidos; e no Ceasa houve pancadaria e alguns grevistas foram presos.

PACIÊNCIA TEM LIMITE

Para Josilmar Lucas, presidente da Associação dos Vigilantes, “a greve foi deflagrada porque a paciência do trabalhador tem limites”. Segundo ele, “os patrões demonstraram grande intransigência nas negociações. Primeiro ofereceram Cr\$ 333 mil de piso salarial, o que é uma provocação. Depois, demonstrando sua falta de respeito com a categoria, falaram em Cr\$ 350 mil. Isto irritou os vigilantes e impulsionou o movimento”.

Agora, com a greve, os patrões fazem jogo duplo. A associação patronal mantém a intransigência, enquanto alguns proprietários oferecem aumentos isolados. “Lá na Protege eles espalharam que dariam Cr\$ 570 mil de piso: mas ficou só no boato”, comenta um funcionário com três anos de firma. O mesmo ocorreu na Alerta, na Alvorada e em outras empresas. “Eles querem enfraquecer a greve, enganando os trabalhadores. Mas nós só aceitamos um acordo firmado com toda a categoria. E exigimos que além do piso seja concedida a estabilidade, senão eles mandam embora os velhos funcionários para contratar novos com salários mais baixos”, afirma Josilmar.



Nos piquetes aos carros-fortes dos bancos, o recurso foi furar os pneus

Perigo de morte e miséria

O que chama atenção na greve dos vigilantes paulistas é o elevado grau de revolta da categoria, exposto no semblante de cada grevista, nas assembleias, piquetes, passeatas e entrevistas. E não é para menos. A categoria é barbaramente explorada pelas empresas, é alvo fácil de assassinos e assaltantes e não tem as mínimas condições de trabalho.

Do descontentamento à explosão é um passo, já que o vigilante trabalha armado. O regime militar pulsou esta explosividade e em 1983 subordinou o setor ao Ministério da Justiça. Pela lei 7.102/83 os vigilantes ficam sob o domínio da Polícia Federal, que faz inspeções nas empresas, controla o armamento e impõe normas de punição aos funcionários.

UMA MORTE POR SEMANA

O risco de vida constante no trabalho é um dos principais geradores da insegurança e do descontentamento dos trabalhadores. Segundo levantamento feito pela Associação dos Vigilantes, só no ano passado ocorreu em média uma morte por semana e um vigilante foi ferido por dia — sendo que a metade dos feridos durante o ano ficou inválida.

Todos os entrevistados pela Tribuna Operária lembraram de um amigo ou conhecido que perdeu a vida na defesa dos lucros dos capitalistas. Um mineiro há quatro anos trabalhando no ramo recordou, com tristeza: “Eu perdi dois amigos num assalto ao Bradesco de Guarulhos, em fins de 83. Um morreu na hora; o outro levou um tiro na espinha e ficou paralisado. A empresa não lhe prestou nenhuma ajuda, só deu uma cadeira de rodas e ele voltou para sua cidade inválido”.

Um gaúcho, há sete anos no setor, lembrou “de um colega, o Cássio, que levou um tiro na mão. Ele trabalhava na Ranger, a mesma empresa que presta segurança para os artistas da TV Globo. Quando saiu do hospital a firma o mandou embora e não lhe pagou nenhum direito”. Outro vigilante, que “enfrenta este inferno há 12 anos”, comenta que já viu três companheiros serem mortos no trabalho. “Eu era muito amigo do Jorge, do José Batista e do João Aparecido. Vivíamos tomando umas cachaças pra esquecer os problemas. Morreram em assaltos na Zona Azul. Eu só fico esperando o dia de virar presunto. Minha maior preocupação é com os três filhos e esposa”.

Inúmeros fatores contribuem para elevar o índice de mortes no trabalho. A maioria das empresas não dá qual-

quer treinamento para os novos vigilantes, não os habilita profissionalmente. Muitas vezes cedem armas que nem funcionam direito. A intensa jornada de trabalho também ajuda a aumentar a tensão do trabalhador, ocasionando acidentes. Em média o vigilante trabalha de 12 a 13 horas por dia.

O salário médio mensal dos vigilantes é de Cr\$ 207 mil e há empresas que pagam ainda menos. “A gente vive na corda bamba. O dinheiro não chega ao final do mês e eu tenho três filhos pra cuidar, aluguel pra pagar e pego duas conduções diariamente. Esta miséria cria uma confusão danada lá em casa, com todo mundo reclamando. Leite e carne há muito que não pinta lá em casa”, explica um vigilante da Alvorada. Apesar do drama, ele brinca: “Se você me virar de ponta cabeça, não cai nem uma moedinha. Só vão cair prestações para pagar”.

Um funcionário da Resilar comenta: “Eu teria que tomar quatro ônibus para chegar ao trabalho. Mas para economizar eu só pego dois e o resto eu vou a pé. Gasto diariamente três horas a pé”. Ele é pai de quatro filhos e paga Cr\$ 110 mil de aluguel — ganhando os míseros Cr\$ 207 mil de salário!

EMPRESAS LUCRATIVAS

No outro extremo, os proprietários das empresas de segurança e vigilância estão nadando em dinheiro. Tanto que o setor sofreu um vertiginoso crescimento nos últimos anos. No início da década de 80 havia cerca de 30 mil vigilantes no Estado de São Paulo; hoje são mais de 60 mil, sendo que 45 mil trabalham na capital fazendo segurança a bancos, indústrias, estabelecimentos comerciais e casas residenciais. Só em 1984 foram criadas 15 novas empresas no ramo — no total são cerca de 80 firmas no Estado, sendo 43 fixadas na capital paulista. Muitas delas são dirigidas por oficiais de reserva das Forças Armadas e a maioria do setor de armamentos é controlada por coronéis e capitães.

Vários vigilantes já viram os recibos dos bancos e indústrias às empresas de vigilância. Segundo eles informam, as firmas pagam em média de Cr\$ 1 milhão a Cr\$ 2 milhões por cada vigilante. Desta soma uma pequena parcela é para pagar os próprios trabalhadores. Nem mesmo a refeição e o uniforme são dados pela empresa. Não é para menos que o gaúcho não se cansa de repetir: “Eu aposto tudo nesta greve. Afinal, não tenho mais nada a perder na vida”. (Altamiro Borges).

Ministro volta a intervir em Sindicatos

No agonizante final de festa, o governo dos generais ainda dá sinais de sua ação truculenta e arbitraria. Na sexta-feira, dia 1, o ministro Murillo Macedo, um dos expoentes do regime militar, decretou intervenção em dois sindicatos de trabalhadores do interior de São Paulo: nos sapateiros de Franca e nos motoristas da região de São José dos Campos.

VIOLÊNCIA EM FRANCA

A intervenção no Sindicato dos Sapateiros de Franca, que representa cerca de 30 mil trabalhadores, visou impedir a continuidade da greve da cate-

goria por aumentos salariais. A paralisação foi decretada em assembleia na noite do dia 31, na sede sindical, com os trabalhadores exigindo um piso salarial de Cr\$ 430 mil e outras 52 reivindicações.

Já durante a madrugada de sexta-feira a polícia agiu com grande violência contra os grevistas, jogando bombas de gás lacrimogênio e distribuindo cassetadas. Cerca de 100 piqueteiros foram detidos e o presidente do Sindicato dos Sapateiros, Fábio Candido, foi brutalmente agredido e preso — só sendo liberado após interferência do secreta-

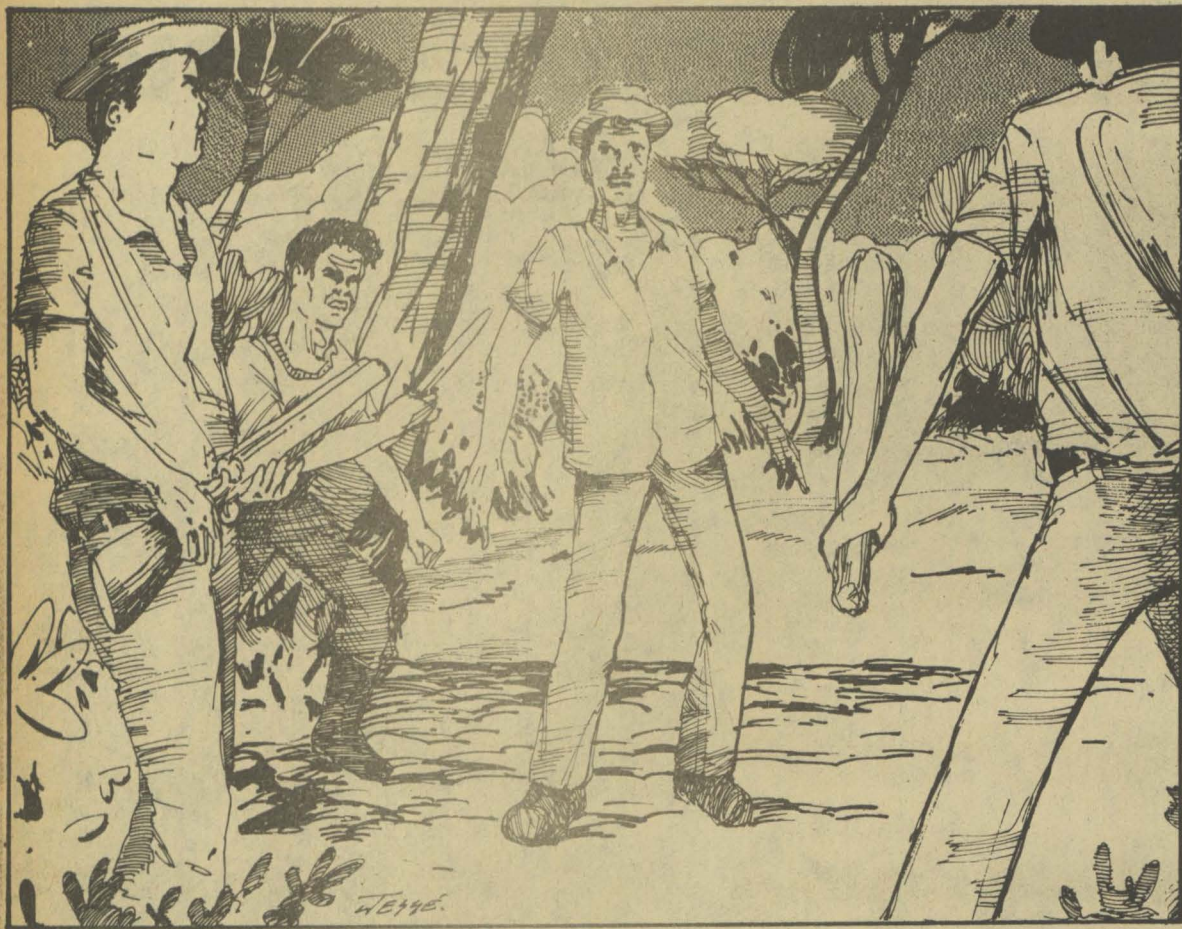
rio do Trabalho de São Paulo, Almir Pazzianoto.

Apesar da violência a greve atingiu 90% da categoria. Os patrões, que durante os 30 dias de negociações se mostraram intransigentes, foram obrigados a recuar, concedendo algumas das reivindicações. No momento da negociação, mediada pelo secretário Almir Pazzianoto, chegou a notícia da intervenção, com a cassação de toda a diretoria. Numa atitude elogiada pelos sindicalistas, o secretário do Trabalho ignorou a medida arbitrária do governo e prosseguiu as negociações.

Em São José dos Campos a greve dos 1.100 motoristas e cobradores da Empresa de Ônibus São Bento começou na madrugada do dia 1º. Os grevistas reivindicavam melhores condições de trabalho, já que a firma não respeita o acordo coletivo firmado com o Sindicato. Os trabalhadores não tem hora de almoço, nem descanso entre os turnos de trabalho e as férias estão vencidas a longa data. Também em São José a polícia agiu com violência. Mas o que realmente irrita os motoristas é a atitude do prefeito, que recusa o acordo com a prefeitura para

substituir os grevistas. A medida resultou na depredação de 40 ônibus. Durante toda a sexta-feira nenhum ônibus circulou pela cidade.

A intervenção federal, com cassação da diretoria, gerou protestos do movimento sindical da região. A intersindical de São José, que congrega 16 Sindicatos, emitiu uma nota protestando contra a atitude arbitrária do Ministro do Trabalho, exigindo a imediata reintegração da diretoria cassada, e criticando a intransigência dos empresários. (dos correspondentes em Franca e São José dos Campos).



Lavrador perseguido por latifundiário

Eu, José Prates, fui detido em minha lavoura no dia 2 de novembro de 1984 às 13 h pelos detetives da delegacia de Diamantina. Os mesmos foram mandados pelo latifundiário Sebastião Dumont.

Sofri forte pressão psicológica. Os detetives portavam metralhadoras, escopetas e revólveres. Invadiram minha casa sem mandado judicial e vasculharam canto por canto, atemorizando minha mulher, filhos adolescentes e demais membros da família.

Eu não sabia do que se tra-

tava. E eles afirmaram que procuravam um determinado tipo de sapato. Conduziram-me próximo à casa do fazendeiro Dumont onde estava sendo queimado um aglomerado de carvão e alegaram que eu havia provocado o incêndio. Fui levado ao presídio de Diadema no carro do fazendeiro pelos detetives Pedro e Afonso. Na cela passei fome, frio e sofri picadas de insetos. Inclusive fiquei preso com um louco e outros presidiários. Só fui solto no dia 5 de novembro às 14 horas.

No dia 8 fui detido pelos

mesmos detetives em minha casa. Fui levado pela estrada que vai ao povoado do Bonfim. Na frente da porteira que vai para a casa de dona Martiniana Neto os detetives acabaram me soltando. Me levaram para o mato e me dependuraram por uma das mãos numa árvore, ameaçando cortar minhas orelhas e atirar em mim. Depois fui transferido para outra árvore e algemado. As ameaças prosseguiram.

Todas estas maldades são impulsionadas pelo fazendeiro Sebastião Dumont. (J.P. - Diamantina, São Paulo)

Prefeito não resolve enchentes em Teresina

O problema da alagação nos bairros Nova Brasília, Parque Alvorada, São Joaquim, Mafrense e Poty Velho, Zona Norte de Teresina, é tão velho quanto a criação desses bairros e até hoje não foi solucionado.

Por ser uma região de muitas olarias e rica em material para construção (seixo e areia) foram criadas muitas lagoas, ampliadas e aprofundadas com a instalação de dragas pela Prefeitura ou por grandes empresas construtoras. Como se isso não bastasse, a Infra-estrutura construiu uma imensa galeria que desemboca exatamente

em Nova Brasília, sem nenhuma intervenção das autoridades, elevando o número de alagados.

A Prefeitura de Teresina gastou bilhões de cruzeiros com um projeto que traria, segundo ela, solução para o problema. O projeto evaporou-se, ninguém sabe para onde foi. Passaram a dizer que não havia recursos. Mas há poucos dias foi embelezado o centro com a construção de imensas galerias no bairro mais rico da cidade...

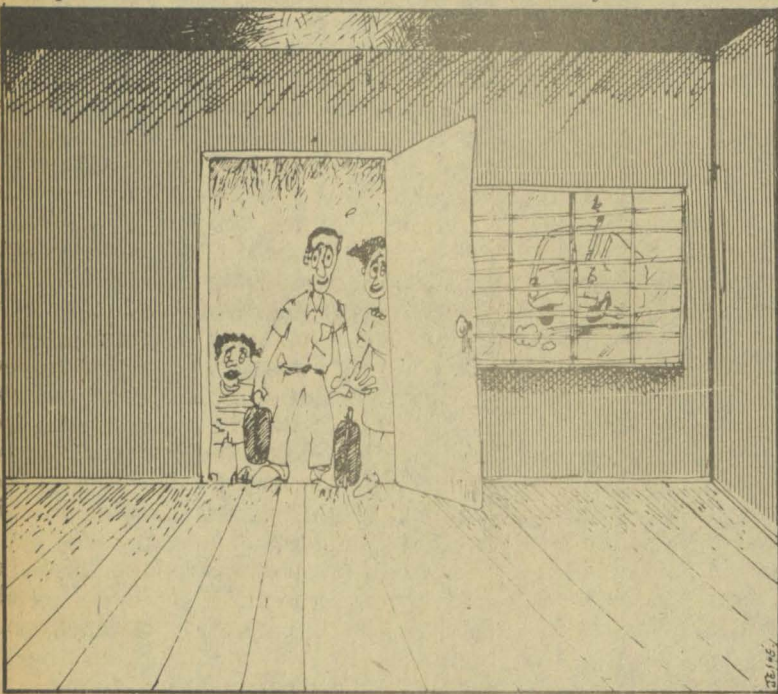
O atual prefeito apontou como solução a construção de um misero conjunto chamado

Pró-Morar em São Joaquim, onde uma casa com sala, quarto e cozinha é menor que a garagem de seu carro. O povo preferia que o local tivesse sido loteado para que cada um construísse sua casa e não tivesse que ficar pagando a vida toda essas caricaturas de casa. A proposta não foi aceita porque não geraria lucros para o BNH.

Fomos terminantemente proibidos de fazer qualquer atividade na escola, área de domínio do vereador do PDS Vieira Touranga. Isso porque contamos com o apoio do vereador do PMDB Osmar Júnior e do suplente de deputado José Reis.

O tempo foi passando. Chegou janeiro e já existem dezenas de famílias de alagados. Propusemos que essas famílias ocupassem o conjunto já construído. Mas o prefeito substituto proibiu e nos disse para procurar a Defesa Civil. O que conseguimos foi que até 10 pessoas morassem numa barraca do Exército, sem nenhuma infra-estrutura, nem local para comer.

Exigimos o fim de tudo isso e que o presidente faça eleição para os prefeitos das capitais para que possamos jogar fora essa cambada de enganadores do povo. (L.M. - Teresina, Piauí)



Homenagem à juventude internacional

Quando se comemora o Ano Internacional da Juventude, gostaria de prestar uma homenagem a este combativo segmento de nosso povo e, em especial, à União da Juventude Socialista (UJS):

Que estranha chamada é esta que atravessa os séculos fulgurante como que acesa nesse instante

Lançamento o homem da pedra ao aço da caverna ao espaço

Resistindo às chuvas e vendavais à fome e às pestes mortais enfrentando, sem temor os exércitos dos generais

Na Ásia, África e na América Latina no pequeno El Salvador e na terra prometida (e jamais cumprida) da Palestina

E que belo fogo guerreiro a contar a história do povo brasileiro da fibra e garra de Zumbi dos Palmares aos heróis guerrilheiros das matas virgens do Araguaia, e de tantos lugares

Eterna chama a brilhar com seu brilho a ofuscar o sol, as estrelas e o luar

Pois que essa chama — que desafia da terra senhores, enchendo-a de brilho e cores, eterna aurora da humanidade a buscar nas trevas a luz da liberdade para tê-la em total plenitude — não é outra senão que a chama imortal da juventude.

(Caê, UJS — Santa Catarina)

Aldo Arantes defende autonomia de Anápolis

Por iniciativa do Sindicato dos Bancários e delegacias dos Sindicatos dos Professores e dos Engenheiros, realizou-se em Anápolis, no último dia 21, uma reunião de todos os sindicatos da cidade com o deputado Aldo Arantes, autor do projeto que devolve a autonomia política para a cidade. Na oportunidade, o deputado fez uma avaliação da nova situação política vivida com a eleição de Tancredo Neves.

José Gonçalves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, disse: "Estou satisfeito em poder participar, depois de muitos anos, de uma reunião com um deputado que defende de fato os interesses dos menos favorecidos. Antes do dia 15 de ja-

neiro, para participar de uma reunião como esta era preciso primeiro pedir autorização ao Delegado Regional do Trabalho, que obviamente não permitia".

A presidente do Sindicato dos Bancários, Maria Cunha, depois de apresentar ao deputado algumas reivindicações de sua categoria, disse: "É muito importante uma reunião como esta, pois chegou a hora dos sindicatos começarem a discutir e participar da luta política"; disse também que "a partir daquele momento os sindicatos anapolinos elegiam como seu representante o deputado Aldo Arantes".

Ao final da reunião, Aldo conclamou os sindicalistas a participarem da luta pela

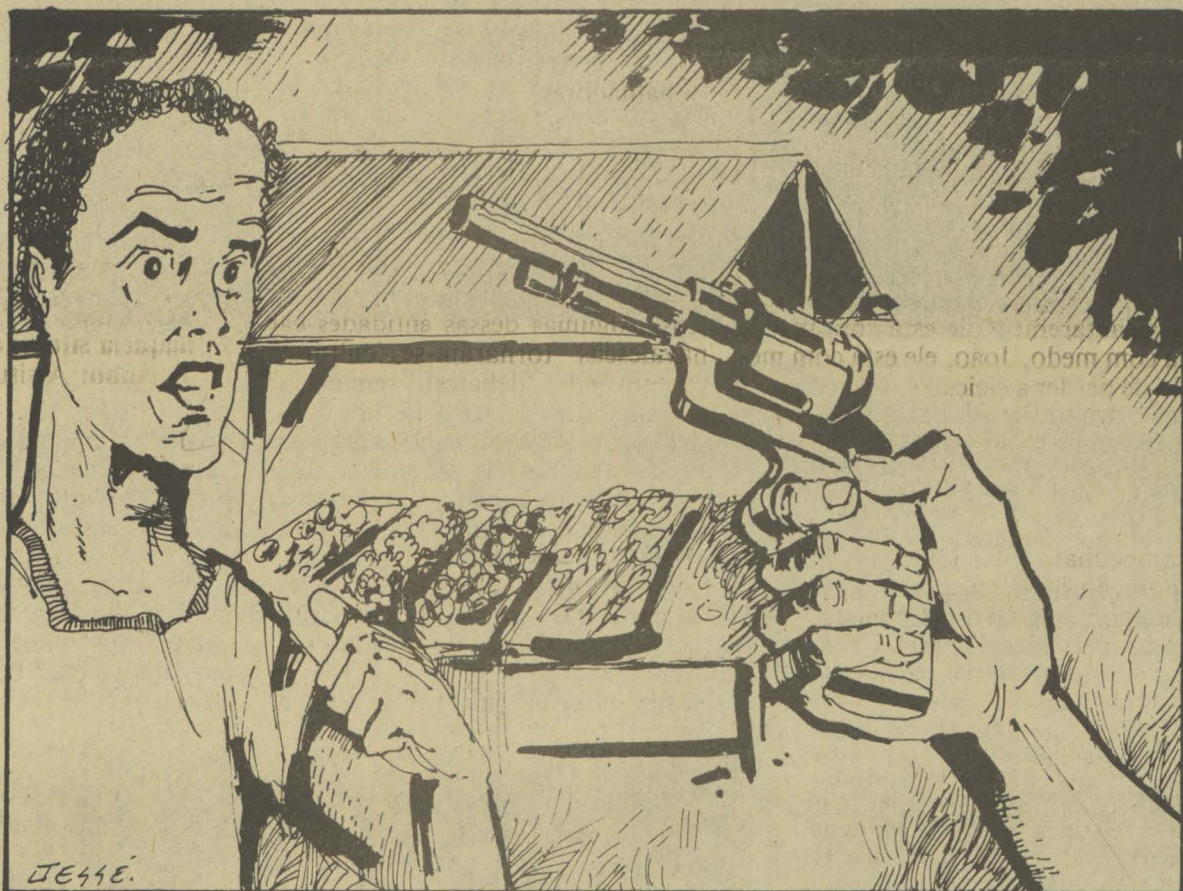
aprovação de seu projeto que restabelece as diretas-já para prefeito de Anápolis. Os sindicalistas decidiram emitir uma nota conjunta exigindo a aprovação do projeto Aldo Arantes, enviar telex a todos os senadores, confeccionar uma faixa sobre as eleições e afixá-la na frente da entidade. Além disso, vão colher junto a cada categoria no mínimo duas mil assinaturas. O Sindicato dos Professores, além de participar de todas estas atividades, promoverá um concurso de redação com o tema "Eleição direta para prefeito já", em que o autor do melhor trabalho receberá Cr\$ 200 mil. (Egmar José, delegado do Sindicato dos Professores — Anápolis, Goiás)

Neste número recebemos denúncias de exploração e inclusive ameaça de morte — como a de Diamantina —, envolvendo trabalhadores rurais e urbanos, como os alagados de Teresina, no Piauí.

Mas agora, que enfrentamos uma nova etapa de nossa história, com o fim do regime militar, é importante que as massas populares não fiquem apenas nas denúncias. Para que o povo participe deste espaço democrático, precisa apresentar propostas concretas de solução dos problemas que o país enfrenta. Pedimos, pois, aos nossos leitores que analisem as causas das dificuldades e apresentem também soluções. Somente consciente e organizado o povo participará efetivamente do governo de transição. (Olívia Rangel)



fala o POVO



Terror fiscal contra pequenos comerciantes de Goiás

Os comerciantes do Estado de Goiás têm assistido a um verdadeiro terror fiscal levado a cabo pelos governos estadual e municipal. A temível ação fiscalizadora está sendo desenvolvida principalmente contra os humildes e pequenos comerciantes.

Em Goiânia os vendedores ambulantes e os feirantes são as vítimas em potencial dos fiscais da Prefeitura, através da Secretaria de Ação Urbana, que tem como titular o vereador Sebastião Macalé. No centro da cidade são constantes as apreensões dos objetos com os quais os ambulantes procuram ganhar algum dinheiro para garantir o sustento de suas famílias.

Nas feiras, a situação também é grave. Cerca de 80% dos feirantes da capital não estão em condições de quitar os débitos provenientes de impostos, pois foi estipulado um prazo muito pequeno para

saldá-los. É grande o número de reclamações que o Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes no Estado tem recebido, conforme diz o seu presidente, Eustáquio Ferreira Coelho. Por esse motivo, o Sindicato marcou uma audiência com o governador Íris Resende e o prefeito Nion Albernaz.

Têm-se verificado nos últimos dias diversas perseguições cometidas por fiscais. Eles chegam nas feiras e procuram saber se o feirante está com os documentos que comprovam o pagamento dos impostos. "Se por acaso a gente tiver deixado em casa os documentos, eles não querem nem saber, não permitem que a gente vá buscar e carregam as nossas barracas", conta à **Tribuna Operária** a feirante Aparecida Dias, do setor Criméia Leste.

Também um feirante da Vi-

la Operária, João Dias de Souza, relata à **TO** a sua revolta: "Acordo cedo, às 4 da manhã, para procurar ganhar a vida honestamente e não me deixam trabalhar em paz. Os fiscais ameaçam tomar nossas bancas, simplesmente porque o nosso lucro é pequeno e não estamos conseguindo pagar todas as taxas que eles estão exigindo. Isso não pode acontecer, tem que haver compreensão da parte das autoridades". Devido às privações que estão sofrendo, os feirantes estão sentindo a necessidade da organização em torno de seu sindicato. Sobre isso, o vereador Euler Ivo, que tem desenvolvido um trabalho junto às camadas oprimidas da população, afirma que é de fundamental importância a união e a organização da categoria para colocar fim às perseguições que têm vitimado estes trabalhadores". (F.M. da sucursal de Goiás)

O povo voltará a sorrir em 1985

A partir do segundo semestre de 1985, o povo brasileiro voltará a sorrir novamente. Se alguém disser que o povo está desgastado e não acredita mais no governo que aí está, que nestes 20 anos de ditadura entregou o país para os gringos,

terei o que dizer: no dia 15 de março, o Dr. Tancredo Neves tomará posse na Presidência da República. Ele saberá atender as aspirações do nosso povo. Espero inclusive que no dia 15 de março, o povo em decreto dando a nós, trabalha-

dores, um justo salário.

Ai voltaremos a sorrir novamente, a acreditar e confiar nas promessas do Dr. Tancredo Neves, o homem que fará um governo de importantes reformas. (M.A. — São Paulo, SP)

A VIDA NO VALE DA MORTE

O perigo ronda Cubatão. Ele pode vir pela água, pelo ar, da terra ou até de mais longe, de Brasília. Embora — por ironia — o município seja considerado “área de segurança nacional”, ninguém se sente seguro. Dia 25 de janeiro um acidente na Ultrafertil ameaçou com gás venenoso toda a cidade, trazendo pânico à Vila Parisi, o lugar mais poluído do mundo.

Risco é o que não falta à população de Cubatão, a 16 quilômetros do porto de Santos e a 57 quilômetros de São Paulo. Diariamente as chaminés soltam pelos ares mil toneladas de poluentes, das quais 220 de benzeno, causador da leucopenia, doença sem cura. Instalado entre os mangues e a serra do mar, o município concentra 23 grandes complexos industriais, que sozinhos representam 2,6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Diante de sua localização estratégica e da concentração fabril, em 1968 o regime militar tirou sua autonomia política, transformando-o em “área de segurança nacional”.

Neste período o que mais se perdeu no município foi segurança. O acidente numa das tubulações da fábrica de fertilizantes Ultrafertil, dia 25 de janeiro, é apenas um exemplo. Eram 11h30m da noite quando os moradores da Vila Parisi — bairro situado no meio de 12 das maiores indústrias de Cubatão — sentiram que o ar estava ficando irrespirável. Grande quantidade de gás amônia escapava de uma tubulação rompida próxima ao bairro. Este gás, em quantidade, é altamente tóxico e irritante.

Quando foi dado o alarme, duas nuvens tóxicas ameaçavam toda a cidade e atingiam diretamente a Vila Parisi. O despreparo para se agir num

caso de emergência como este ficou evidente. Três reuniões foram feitas na Prefeitura entre bombeiros, a equipe de defesa civil e os técnicos da Cetesb (órgão estadual responsável pelo controle do meio ambiente) para discutir as medidas a serem tomadas. Um vereador contou que o pânico era de tal natureza que o comandante do corpo de bombeiros chegou chorando diante do prefeito pedindo para evacuar toda a área urbana.

Na Vila Parisi os moradores tiveram de ser removidos imediatamente. José Almir de Souza, motorista da Construtora Mendes Júnior, explicou à TO a situação naquela noite: “Aqui nestas ruas só via gente gritando. A coisa estava feia. Deixei a minha mulher no Pronto Socorro e voltei para casa, mas não agüentei”. Outros, já resignados, permaneceram no bairro enfrentando os riscos. Maria de Lourdes Santos, mãe de oito filhos, trabalha de ajudante-geral na Companhia Siderúrgica Paulista, e explica por que ficou: “Eu já acostumei com isso porque na Cosipa tem muito gás”.

Os bombeiros só puderam chegar ao local do vazamento do gás utilizando máscaras. Às 8h30m do dia seguinte o vazamento foi contido, mas 15 toneladas de amônia já haviam se espalhado pela atmosfera.

A população de Vila Parisi está calejada em enfrentar calamidades e acidentes. Dois dias antes do vazamento do gás, uma grande enchente alagou todo o bairro, destruindo móveis e aparelhos domésticos. O bairro é também conhecido por Vale da Morte, por ser o lugar mais poluído do mundo. No dia 3 de setembro do ano passado, foi decretado Estado de Emergência porque a poluição atingiu um nível recorde: 1.022 microgramas de material particulado por centímetro cúbico. A ONU recomenda que não se deve ultrapassar a taxa de 75 microgramas.

A poluição é uma preocupação constante de toda a população de Cu-



Foto César Diniz

Vila Parisi e as marcas da enchente. Maria de Lourdes: “Acostumei com o gás”. Os vereadores Dojival e João Ivaniel preocupados com a poluição na cidade



batão. As indústrias que se instalaram no município nunca respeitaram o meio ambiente, contando para isso com a convivência das autoridades. Atualmente é que o governo estadual destinou 100 milhões de dólares para o Plano de Ação para o Controle da Poluição Ambiental em Cubatão, que prevê a redução de 90% da contaminação do ar. Um planejador ambiental da ONU, Stefen Westerlund, esteve no município em 1983 e saiu horrorizado com o que viu: “Estou enojado. Nunca imaginei que pudesse haver um lugar como este”.

“Produtos tão perigosos como o isocianato de metila estão passando na nossa cara todo dia”

A população pobre é que sofre mais os efeitos da contaminação do ar, pois quem tem recursos não mora na cidade. Ao voltar para sua casa na Vila Parisi, Paulo Gonçalves de Oliveira, açaqueiro, comentava desolado a situação: “Essas indústrias dão medo. Com a água a gente ainda se vira, salva alguma coisa e foge. Mas o pavor é o fogo e o veneno que elas representam”.

Alguns vereadores da cidade têm proposto medidas para coibir a impunidade com que as indústrias agem. O vereador Dorival Vieira dos Santos explica que a cidade é um barril de pólvora: “A população não sabe quais são os produtos processados na zona industrial. E não temos sequer um mapeamento dos dutos que estão sob a cidade e nem sabemos em que condições estão”. Em fevereiro de 1984, um destes dutos estourou debaixo da Vila Socó, espalhando petróleo. Houve um incêndio e, segundo cálculos não-oficiais, morreram mais de 600 pessoas.

Um outro vereador, João Ivaniel, reclama do pouco interesse das indústrias pela segurança. Ele cita um exemplo: “Nós só ficamos sabendo que a Union Carbide tinha isocianato de metila depois do acidente da Índia.

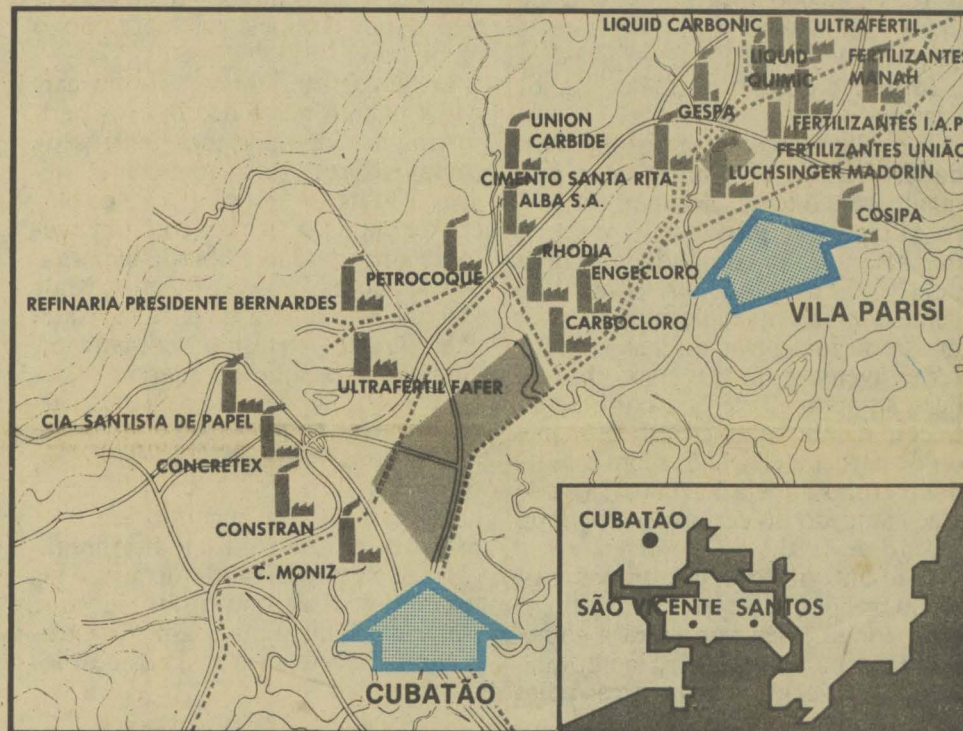


Ilustração extraída da revista Ciência Hoje nº 1 Ano 1

Outros produtos tão perigosos como este estão passando na nossa cara todo dia”. E acrescenta: “Isso tudo é causado pela falta de autonomia do município”.

E Ivaniel tem razão. Depois que Cubatão passou a ser considerada “área de segurança nacional” — com o prefeito nomeado pelo governo federal —, a população perdeu qualquer poder de decisão. O município se transformou num paraíso para os industriais e num inferno para seus moradores. O reflexo desta política é que, hoje, apesar de a cidade ter a maior arrecadação por habitante no Brasil (seu orçamento para 1985 é de Cr\$ 150 bilhões), cerca de 60% da população são favelados.

Os interventores impostos por Brasília se locupletaram com o dinheiro público. O segundo prefeito nomeado, Carlos Frederico Soares de Campos — primo do economista Roberto

Campos —, deixou o cargo envolvido num rumoroso caso de corrupção junto com seis vereadores do PDS. Foi substituído por Osvaldo Passarelli, homem ligado a Paulo Maluf.

Passarelli se especializou em construir obras faraônicas como o Centro Desportivo, raramente utilizado. Ultimamente tomou algumas medidas populistas visando assegurar seu futuro político. Mas Brasília puxou seu tapete. As vésperas da oposição assumir o poder, nomeou um novo prefeito, Ney Serra, representante da Federação das Indústrias de São Paulo e filiado ao PMDB.

A população assiste revoltada a estas manobras políticas. Espera que dentro de pouco tempo possa escolher livremente os seus dirigentes. E o povo organizado saberá encontrar o melhor remédio para combater os males que assolam Cubatão.

(Domingos Abreu)



Cubatão: maior arrecadação por habitante e 60% de favelados. Reflexo do regime

Cheias levam destruição a Minas

Até o último dia 5, as chuvas haviam causado 95 mortes, ferido 120 pessoas e desabrigado outras 68.190 em Minas Gerais. No Estado foram atingidos por inundações 145 municípios, o que resultou na destruição de 1.974 casas e causou danos em outras 3.556. Escolas e pontes também ficaram imprestáveis.

Em Belo Horizonte, moradores da periferia recusam-se a sair de seus barcos — ameaçados de desmoronamento — por não terem para onde ir. A única atitude concreta do prefeito Ruy Lage, até o momento, foi a compra de um terreno para construir 365 casas até março. Os favelados pagariam pelos lotes 6% do salário-mínimo, durante 48 meses. Na Capital o rio Arrudas, que atravessa a cidade, não transbordou. Mas devido às precárias condições de urbanização e estrutura das casas, 24 favelados morreram e há milhares de desabrigados. No Abrigo São Paulo estão cerca de 400 pessoas — quando o local tem capacidade para atender apenas 120....

Técnicos do Centro Tecnológico denunciam que esta situação poderia ser evitada, se o poder público tomasse providências de longo prazo. Eles reivindicam a necessidade de se elaborar uma “Carta Geotécnica” para Belo Horizonte.

ERA INEVITÁVEL?

Segundo esses técnicos, “grande parte dos problemas de enchentes e desmoronamentos ocorrem por causa da maneira desordenada e agressiva de ocupação do solo e por deficiência da legislação específica para esta finalidade. Deveria-se fazer um Código de Obras que levasse em conta as especificidades de cada região em termos geomorfológicos, hidrogeológicos e geológicos. Isto iria minimizar, e muitas vezes evitar, estas catástrofes”. Por outro lado, empresários são contra esta “Carta” que, na opinião do diretor da Copasa, por exemplo, “são medidas que resultariam numa inter-

venção muito grande do poder público sobre a iniciativa privada”.

“MAESTRO DA BANDA”

Para Nívio Tadeu, técnico do Cetec, “o poder público deveria ser o maestro da banda, modificando toda a legislação que se tem hoje, e que é bastante inconsistente. As soluções existem. Mas as autoridades não as põem em prática, por causa da especulação imobiliária”.

O prefeito de Governador Valadares desabafou, depois de ver tanto sofrimento que poderia ser evitado: “É desnecessário possuímos altas tecnologias, até mesmo a energia atômica, se nossas crianças estão com fome, sem escola, e são arrastadas pelas enchentes. É preciso que a parte social mereça prioridade de todos os setores do governo, pois só assim teremos condições de não chorar os efeitos das enchentes”.



Foto Glastone Campos

(da sucursal) Governador Valadares inundada: crianças são arrastadas pela enchente